

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA "JÚLIO DE MESQUITA FILHO" -
FACULDADE DE ARTES, ARQUITETURA, COMUNICAÇÃO E DESIGN
DEPARTAMENTO DE JORNALISMO

**CONFLITO ISRAEL-PALESTINA:
UMA ANÁLISE SOBRE A COBERTURA DA AGÊNCIA BRASIL E G1**

MATEUS TONON MACIEL

BAURU

2025

CONFLITO ISRAEL-PALESTINA: UMA ANÁLISE SOBRE A COBERTURA DA AGÊNCIA BRASIL E G1

Monografia do Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Departamento de Jornalismo (DJOR), da Faculdade de Arquitetura, Artes, Comunicação e Design (FAAC), da Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" (UNESP) para obtenção do título de Bacharel em Jornalismo.

Docente: Prof^ª. Dr^ª. Aline Cristina Camargo

MATEUS TONON MACIEL

BAURU

2025

M152c

Maciel, Mateus Tonon

Conflito Israel-Palestina: uma análise sobre a cobertura da
Agência Brasil e G1 / Mateus Tonon Maciel. -- Bauru, 2025

77 f. : tabs., fotos

Trabalho de conclusão de curso (Bacharelado - Jornalismo)

Universidade Estadual Paulista (UNESP), Faculdade de

Arquitetura, Artes, Comunicação e Design, Bauru

Orientadora: Prof^ª. Dr^ª. Aline Cristina Camargo

1. Jornalismo. 2. Notícias internacionais. 3. Conflito árabe-
israelense. 4. Representações sociais. 5. Análise de conteúdo
(Comunicação). I. Título.

MATEUS TONON MACIEL

**CONFLITO ISRAEL-PALESTINA: UMA ANÁLISE SOBRE A COBERTURA DA
AGÊNCIA BRASIL E G1**

Monografia do Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado ao Departamento de Jornalismo (DJOR),
da Faculdade de Arquitetura, Artes, Comunicação e
Design (FAAC), da Universidade Estadual Paulista
“Júlio de Mesquita Filho” (UNESP) para obtenção do
título de Bacharel em Jornalismo.

Bauru, 08 de dezembro de 2025.

BANCA EXAMINADORA

Prof^ª. Dr^ª. Aline Cristina Camargo (Orientadora)
Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”

Prof^ª. Dr^ª. Maria Cristina Gobbi (Examinadora Interna)
Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”

Prof. Dr. Maximiliano Martin Vicente (Examinador Interno)
Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”

Dedico este trabalho à minha família e a todos que estiveram ao meu lado durante minha graduação. E, em especial, à minha Maria, que acreditou em mim mesmo quando eu duvidava, me incentivou a seguir em frente e fez deste sonho uma conquista possível. Muito obrigado por tudo.

RESUMO

O trabalho analisa a cobertura jornalística do conflito Israel-Palestina veiculada pelos portais Agência Brasil e G1, com ênfase nos desdobramentos ocorridos após os ataques de 7 de outubro de 2023. O estudo fundamenta-se na Teoria das Representações Sociais e nos conceitos de Jornalismo para a Paz (Peace Journalism) e Jornalismo de Guerra propostos por Johan Galtung. Metodologicamente, trata-se de uma pesquisa qualitativa descritiva que utiliza a Análise de Conteúdo para examinar um corpus de 20 matérias jornalísticas selecionadas nos dois veículos. Os resultados apontam que, a despeito das naturezas institucionais distintas, comunicação pública e mídia comercial privada, ambos os portais convergem na reprodução predominante do paradigma do Jornalismo de Guerra. A análise revela que a Agência Brasil privilegia um enquadramento diplomático-institucional, narrando o conflito como uma gestão de crise, ao passo que o G1 adota uma narrativa de segurança e contraterrorismo, marcada pelo imediatismo e pela dependência de agências internacionais. Conclui-se que a cobertura nacional carece de soberania narrativa e falha na contextualização histórica profunda, tendendo a silenciar a agência política palestina e a perpetuar estereótipos que dificultam a compreensão das raízes estruturais da violência.

Palavras-chave: Conflito Israel-Palestina, Agência Brasil, G1, Jornalismo para a Paz, Jornalismo de Guerra.

ABSTRACT

This study analyzes the journalistic coverage of the Israel-Palestine conflict published by the Agência Brasil and G1 news portals, with an emphasis on the developments that occurred after the attacks of October 7, 2023. The study is based on Social Representation Theory and the concepts of Peace Journalism and War Journalism proposed by Johan Galtung. Methodologically, it is a descriptive qualitative study that uses Content Analysis to examine a corpus of 20 news articles selected from the two outlets. The results indicate that, despite their different institutional natures, public communication and private commercial media, both portals converge in the predominant reproduction of the War Journalism paradigm. The analysis reveals that Agência Brasil favors a diplomatic-institutional framing, narrating the conflict as crisis management, while G1 adopts a narrative of security and counterterrorism, marked by immediacy and dependence on international agencies. It is concluded that national coverage lacks narrative sovereignty and fails to provide deep historical contextualization, tending to silence Palestinian political agency and perpetuate stereotypes that hinder understanding of the structural roots of violence.

Keywords: Israel-Palestine conflict, Agência Brasil, G1, Journalism for Peace, War Journalism.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	9
1. REPRESENTAÇÕES SOCIAIS, DISCURSO E A CONSTRUÇÃO MIDIÁTICA DA REALIDADE DO CONFLITO.....	13
1.1 DA REPRESENTAÇÃO COLETIVA À REPRESENTAÇÃO SOCIAL	13
1.2 A GÊNESE SOCIOLOGICA E A DIMENSÃO COMUNICATIVA DA TRS.....	14
1.3 OS MECANISMOS CONSTITUINTES DA REPRESENTAÇÃO SOCIAL: ANCORAGEM E OBJETIVAÇÃO.....	15
1.3.1 A objetivação: do conceito abstrato ao núcleo figurativo	15
1.3.2 A ancoragem: enquadramento e classificação moral do conflito	16
1.4 MÍDIA, PODER SIMBÓLICO E A REPRODUÇÃO DA IDEOLOGIA DO CONFLITO.....	18
1.4.1 O poder simbólico e a estruturação da visibilidade	18
1.4.2 A ideologia como mascaramento do poder e legitimador de dominação.....	20
1.5 REPRESENTAÇÕES DE IDENTIDADE E O ENQUADRAMENTO DA DIFERENÇA (ALTERIDADE).....	22
1.5.1 A identidade como construção discursiva e os efeitos de fronteiras simbólicas	22
1.5.2 identidades de resistência vs. identidades legitimadoras (Castells)	22
2. JORNALISMO ESPECIALIZADO, GUERRA E PAZ: UM PERCURSO ÉTICO-METODOLÓGICO.....	25
2.1 O Jornalismo Especializado Como Imperativo Da Modernidade Tardia	25
2.1.1 Da sociedade da informação à necessidade da profundidade.....	25
2.1.2 Definições e contornos da especialização jornalística.....	26
2.2 O Paradigma Dominante: Jornalismo De Guerra (<i>War Journalism</i>).....	27
2.2.1 A gênese do correspondente de guerra e a ética da "objetividade"	28
2.2.2 Os frames do conflito: simplificação, binariedade e orientação para a elite	28
2.2.3 As consequências sociais do <i>war journalism</i> : violência cultural e reforço da polarização.....	30
2.3 Jornalismo para a Paz (<i>Peace Journalism</i>): transcendendo o conflito.....	31
2.3.1 As bases conceituais: <i>galtung</i> e a tríade da violência e da paz.....	31
2.3.2 O imperativo ético do <i>Peace Journalism</i>	32
2.3.3 O modelo prático-metodológico: contrastes com o <i>War Journalism</i>	33
3. METODOLOGIA.....	36
3.1 Referencial metodológico da análise de conteúdo	36
3.2 Escolha dos veículos	37
3.3 Corpus, período e critérios de seleção	37
3.4 Procedimentos de coleta: Agência Brasil	40
3.5 Procedimentos de coleta: G1	40
3.6 Unidade de análise e categorias	40
3.7 Tratamento e análise dos dados	41
4. APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS	42
4.1 Representação dos atores sociais	42
4.1.1 Agência Brasil: a institucionalização do conflito e a voz da mídia israelense	43
4.1.2. G1: a geopolítica global e a hegemonia norte-americana.....	44
4.1.3. Análise comparativa: assimetrias e divergências de enquadramento	46
4.2. A Construção lexical da realidade: análise da linguagem e adjetivação.....	47
4.2.1. Agência Brasil: a semântica da institucionalidade e a incerteza do "outro".....	47
4.2.2. G1: o léxico da guerra ao terror e a eufemização técnica.....	48
4.2.3. Análise comparativa: assimetrias semânticas e disputas de narrativa	50

4.3. A gramática da ação: verbos de representação e agência política.....	51
4.3.1. Agência Brasil: a ação administrativa e a dialética do bloqueio	51
4.3.2. G1: a operacionalização técnica e a dúvida sobre o "outro"	52
4.3.3. Análise comparativa: a agência da violência e a passividade do sofrimento	53
4.4. A arquitetura da credibilidade: análise das fontes de informação.....	54
4.4.1. Agência Brasil: o oficialismo e a voz da imprensa israelense.....	54
4.4.2. G1: a internacionalização da fonte e o filtro do norte global	55
4.4.3. Análise comparativa: quem tem o direito de falar?	56
4.5 A autoria e a soberania narrativa: quem escreve a guerra?	57
4.5.1 Agência Brasil: a transparência da dependência externa.....	58
4.5.2 G1: a autoria coletiva e a curadoria de conteúdo.....	59
4.5.3. Análise comparativa: a soberania narrativa em xeque	60
4.6. O regime de visibilidade: análise dos recursos multimídia	61
4.6.1. Agência Brasil: a curadoria institucional e a tv pública	61
4.6.2. G1: a guerra híbrida e a estética da destruição	63
4.6.3. Análise comparativa: o olhar padronizado do norte global.....	65
4.7. Enquadramento (<i>Framing</i>): a moldura da realidade	66
4.7.1. Agência Brasil: o enquadramento da diplomacia e da gestão de crise	66
4.7.2. G1: o enquadramento da segurança global e a luta antiterrorismo.....	67
4.7.3. Análise comparativa: a convergência na despolitização	68
4.8. Tom e foco da narrativa.....	69
4.8.1. Agência Brasil: a sobriedade protocolar e a burocratização da tragédia	69
4.8.2. G1: o tom alarmista e a narrativa do "thriller" geopolítico	70
4.8.3. Análise comparativa: a distância versus o espetáculo	71
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS	73
REFERÊNCIAS.....	76

INTRODUÇÃO

O conflito entre Israel e Palestina, intrinsecamente complexo e profundamente enraizado na história, tem capturado a atenção global de forma intermitente, sendo intensificado pelos eventos ocorridos em 7 de outubro de 2023. Naquela data, o grupo palestino Hamas atacou Israel na Operação Dilúvio em Al-Aqsa, resultando na morte de aproximadamente 1.200 israelenses, majoritariamente civis, e na tomada de 240 reféns. A resposta de Israel, denominada Operação Espadas de Ferro, ceifou a vida de mais de sessenta mil palestinos até o momento, sendo cerca de um terço crianças. Este acontecimento recente ressaltou a urgência de compreender as origens e a evolução de um conflito que, como lembrou o secretário-geral da ONU, António Guterres (2023), tem suas raízes em “56 anos de uma ocupação sufocante” e remonta a muito antes de 1948, à fundação do Estado de Israel, chegando ao final do século XIX.

A presente monografia busca contextualizar e analisar as representações midiáticas desse conflito, partindo de sua gênese para compreender as narrativas que moldam a percepção pública. A forma como o jornalismo aborda tais eventos é crucial, pois, como discutem os estudos sobre jornalismo para a paz, a mídia tem o potencial tanto de perpetuar enquadramentos de guerra e simplificações quanto de promover a reconciliação e a compreensão das múltiplas dimensões dessa disputa.

O surgimento do conflito é multifacetado, com a Palestina no final do século XIX sendo uma região em transformação, com aproximadamente 70% de população muçulmana e consideráveis minorias cristãs e judaicas. A moderna identidade palestina nasceu de um vibrante renascimento cultural e de um nascente sentimento pan-arabista, em oposição às tentativas de colonização cultural e à imposição de uma identidade nacional turca pelo Império Otomano. Essa terra, então conhecida como Palestina, nunca foi uma “terra sem povo”, como frequentemente alegado por sionistas.

Paralelamente, o movimento sionista ganhou força, influenciado pela visão de cristãos evangélicos que concebiam os judeus como membros de uma nação ou raça, e não apenas seguidores de uma religião. O nacionalismo europeu da virada do século XIX para o XX impulsionou intelectuais judeus a modernizar a identidade judaica, ressuscitando o hebraico e reinterpretando textos religiosos, como o Antigo Testamento, como documentos políticos que justificariam a posse da Palestina. Líderes sionistas como Theodor Herzl, que em 1897 propôs um “lar para o povo judeu na Palestina”, já expressavam a esperança de que a “população depauperada”, ou seja, os palestinos pobres, “desaparecesse” para países vizinhos. Outros,

como David Ben-Gurion, imaginavam uma Palestina sem palestinos e buscavam estabelecer fatos consumados no território.

A Declaração Balfour (1917) e o Mandato Britânico (1918-1948) desempenharam um papel crucial. Os britânicos, ao apoiar o movimento sionista, violaram a promessa de autodeterminação aos palestinos, tornando-se cúmplices de uma limpeza étnica em 1948. Os palestinos, desde o início, organizaram-se em associações muçulmano-cristãs, defendendo o autogoverno e opondo-se à Declaração Balfour, refutando o mito de que não possuíam uma identidade nacional antes de 1948. No entanto, a administração britânica tolerou o estabelecimento da força paramilitar sionista, Haganah, e houve cooperação entre forças de segurança inglesas e milícias judaicas, enquanto os palestinos eram impedidos de se armar.

Em meados da década de 1920, o sionismo abandonou a ideia de uma pátria segura para os judeus e avançou para a colonização efetiva da Palestina, com a expropriação da população autóctone vista como necessária para a conquista da pátria judaica. O estudioso Patrick Wolfe descreveu essa atitude como a "lógica da eliminação", onde a população nativa é retratada como "selvagem" ou "primitiva" para justificar sua remoção. Essa fase resultou na limpeza étnica de metade da população árabe da Palestina.

A culminação desse processo foi a Nakba de 1948 (catástrofe), quando, após a Resolução da Partilha (Resolução 181) da Organização das Nações Unidas (ONU), a liderança sionista, sob David Ben-Gurion, planejou dominar o território designado para o Estado judeu e, antecipando a guerra, tomar os territórios alocados para o Estado árabe-palestino. Israel perpetrou uma limpeza étnica diante dos olhos do mundo, expulsando palestinos de suas casas. A ONU, embora tenha aprovado a Resolução 194 em dezembro de 1948, afirmando o direito de retorno dos refugiados, viu suas intenções ignoradas por Israel. Esse processo é conhecido pelos palestinos como Al-Nakba al-Mustamirra (a Nakba Contínua), e a sociedade israelense é caracterizada por alguns estudiosos como uma “colônia de assentamento”.

A Faixa de Gaza, antes uma cidade cosmopolita, foi criada após 1948 como um "curral" para refugiados, tornando-se o maior campo de refugiados do mundo. Em 1967, com a Guerra dos Seis Dias, Israel conquistou o controle de toda a Palestina histórica, incluindo a Cisjordânia e a Faixa de Gaza, realizando a limpeza étnica de quase cem aldeias nas Colinas de Golã e aplicando regulações de emergência que privaram milhões de palestinos de direitos de cidadania. A frustração com essa perseguição implacável resultou na Primeira e Segunda Intifada (1987 e 2000), revelando o fracasso dos movimentos seculares em acabar com a subordinação palestina.

Nesse cenário, grupos islâmicos como o Movimento de Resistência Islâmica (Hamás) e a Jihad Islâmica surgiram como novas esperanças para muitos palestinos. O Hamás, um braço palestino da Irmandade Muçulmana fundada no Egito em 1928, inicialmente focado em serviços sociais, transformou-se em um movimento político que busca a implementação da Sharia (lei islâmica) e se contrapõe aos modelos de Estado ocidentais. Sua atuação no conflito tem sido amplamente discutida, com acusações de uso de terrorismo, mas também sendo visto no Sul global e em setores da sociedade civil no Norte global como parte de uma luta anticolonial legítima.

Os Acordos de Oslo (década 1990), apresentados como um processo de paz, falharam em promover a reconciliação e, de fato, desencadearam novos ciclos de violência, aumentando a frustração palestina. Israel não aceitou um Estado palestino genuinamente independente e soberano, e a colonização de assentamentos judaicos na Cisjordânia continuou, o que levou a um aumento da militarização e da segregação.

A invasão do Hamás em 7 de outubro de 2023 foi um evento devastador que Israel utilizou como pretexto para lançar "políticas genocidas" na Faixa de Gaza. A reação israelense a qualquer questionamento de suas políticas, incluindo as declarações do Secretário-Geral da ONU sobre a ocupação, tem sido de "censura" e acusação de antissemitismo, dificultando a contextualização histórica da violência.

Nesse cenário complexo, o papel do jornalismo é fundamental. Contudo, a cobertura midiática do conflito israelo-palestino pela grande mídia ocidental é frequentemente caracterizada por polarização, desequilíbrio de perspectivas (pró-israelenses versus pró-palestinas), falta de contextualização e, muitas vezes, pela demonização de um dos lados. Essa "análise instrumentalizada" serve para desacreditar movimentos e justificar ações, impedindo um engajamento político mais profundo.

Diante da persistência e da intensificação do conflito, e da forma como ele é mediado e representado, esta monografia de conclusão de curso em Jornalismo propõe uma análise da cobertura jornalística do conflito Israel-Palestina. Reconhecendo que o jornalismo é um ator fundamental para a reconciliação, mas que muitas vezes falha em ir além de representações simplistas e estereotipadas, este trabalho se propõe a investigar como a mídia brasileira tem retratado esses eventos.

Para tanto, serão utilizados dois referenciais teóricos principais: a Teoria das Representações Sociais, que compreende a construção dinâmica e social de significados sobre os eventos, oferecerá ferramentas para entender como as narrativas sobre o conflito são elaboradas e internalizadas. E o Jornalismo para a Paz, que por sua vez, proposto por Johan

Galtung na década de 1970, será empregado como uma lente metodológica e normativa para avaliar as escolhas jornalísticas. Essa abordagem foca na exploração das causas e consequências profundas do conflito, na humanização de todas as partes, na busca por soluções não violentas e na promoção da reconciliação, contrastando com o jornalismo de guerra, que se concentra na violência visível e na polarização.

A estrutura desta monografia contemplará, após esta introdução, um capítulo teórico dedicado à Teoria das Representações Sociais, acompanhado de outro sobre o Jornalismo para a Paz, ambos fundamentais para a compreensão do objeto de estudo. Posteriormente, será apresentada a análise das matérias jornalísticas selecionadas, seguida das considerações finais e conclusão, a fim de contribuir para um jornalismo mais consciente e engajado na promoção da paz.

1. REPRESENTAÇÕES SOCIAIS, DISCURSO E A CONSTRUÇÃO MIDIÁTICA DA REALIDADE DO CONFLITO

O conflito Israel-Palestina é, para além de um embate militar e político, uma disputa por narrativas e pela legitimação de sentidos. A complexidade histórica, que envolve a gênese do sionismo, a Nakba, a contínua ocupação e a ascensão de movimentos de resistência, precisa ser decodificada pelo público em geral para ser compreendida. Neste processo de mediação, o jornalismo atua como um agente de simplificação e, consequentemente, de construção da realidade. O presente capítulo estabelece a Teoria das Representações Sociais como o pilar analítico para desvendar como a mídia brasileira (especificamente o G1 e a Agência Brasil) transforma essa complexidade em um conhecimento prático e partilhável.

1.1 DA REPRESENTAÇÃO COLETIVA À REPRESENTAÇÃO SOCIAL

A Teoria das Representações Sociais (TRS) possui sua gênese na necessidade de compreender o conhecimento do senso comum, o saber prático que orienta os indivíduos em seu mundo social. Serge Moscovici (1978), ao desenvolver a TRS, dialogou criticamente com o conceito de representações coletivas de Émile Durkheim (1898). Enquanto Durkheim via as representações como fenômenos sociais coercitivos e estáveis, Moscovici (1978) as ressignificou como fenômenos dinâmicos, produto da comunicação e das interações entre grupos sociais específicos.

A representação social, portanto, é um conjunto de conceitos, proposições e explicações que emana da vida cotidiana e se cristaliza por meio das comunicações intersubjetivas (Moscovici, 1978). Ela tem uma função tripla essencial:

1. Função de Conhecimento: permite aos indivíduos e grupos classificarem e interpretarem o mundo, tornando o estranho familiar,
2. Função de Orientação: guia os comportamentos e as tomadas de decisão em relação ao objeto representado,
3. Função de Justificação e Legitimação: Proporciona um quadro de referência que justifica a existência e a ação do grupo social em relação ao objeto.

No âmbito da pesquisa em Comunicação, a TRS se revela indispensável, pois os objetos de estudo (eventos midiáticos, figuras públicas, conflitos globais) são, invariavelmente, objetos de representação social. Valdir José Morigi (2004) ressalta que os meios de comunicação de

massa não são apenas canais de transmissão de informação, mas sim o principal agente de produção de sentidos e construção dos imaginários midiáticos na sociedade moderna.

Os meios de comunicação, nesse contexto, assumiram um papel que ultrapassa a de condição meros veículos das mensagens e dos conteúdos. Além de veicularem informações aos cidadãos, eles, no processo da comunicabilidade da cultura e seus valores, são responsáveis pela produção dos sentidos que circulam na sociedade. Isso nos remete à teoria das representações sociais (Morigi, 2004, p. 3).

Em um contexto de alta turbulência informativa, como a cobertura do conflito após 7 de outubro de 2023, a mídia age como um mediador cognitivo. Ao fornecer um vocabulário, imagens e categorias, ela facilita a integração social do evento. O custo dessa integração, no entanto, é a inevitável simplificação. A TRS, ao ser aplicada à análise da imprensa, permite desnaturalizar essa simplificação, expondo as escolhas discursivas que transformam a complexidade do conflito Israel-Palestina (envolvendo ocupação, resistência, diáspora) em uma representação social facilmente consumível (ex.: "guerra entre dois lados", "terroristas vs. militares").

1.2 A GÊNESE SOCIOLOGICA E A DIMENSÃO COMUNICATIVA DA TRS

A distinção de Moscovici em relação a Durkheim não é apenas teórica, mas profundamente metodológica e social. Enquanto Durkheim (1898) estudava as representações coletivas em sociedades tidas como “primitivas” ou fortemente coesas, onde a coerção social mantinha a estabilidade das crenças, Moscovici (1978) volta-se para as sociedades modernas, caracterizadas pela pluralidade de informações, conflitos de ideias e a centralidade da mídia.

No caso do conflito Israel-Palestina, a representação social não é monolítica; ela é composta por sub-representações conflitantes (a versão pró-Israel, a versão pró-Palestina, a versão humanitária, a versão geopolítica), que coexistem e competem nos veículos de comunicação.

O estudo da TRS no jornalismo implica reconhecer a mídia como um campo de luta simbólica onde o sentido é negociado. A notícia, em vez de ser um reflexo neutro, é o resultado de uma batalha discursiva: o que entra na Representação Social dominante e o que é relegado ao silêncio ou à marginalidade. O olhar da pesquisa deve, portanto, ser dirigido à forma como G1 e Agência Brasil, a despeito de suas naturezas institucionais distintas (mídia privada comercial *versus* mídia pública), articulam discursos que, ou reforçam o *saber social* hegemônico sobre o conflito, ou abrem espaço para a complexidade e a contradição.

A força da TRS, na análise do conflito, reside em sua capacidade de ligar o nível micro

(a leitura individual da notícia) ao nível macro (a estrutura ideológica da sociedade). A notícia de hoje, enquadrada por uma Representação Social específica, solidifica a memória social do amanhã, orientando as ações políticas e a opinião pública sobre as políticas externas do Brasil em relação aos atores em conflito. A circulação massiva das representações sociais sobre o conflito, facilitada pela onipresença da mídia digital, transforma uma questão geopolítica distante em um debate de forte ressonância moral e política na sociedade brasileira. A TRS, ao desvendar a gênese e a função desse saber prático, fornece a base para a crítica da simplificação.

1.3 OS MECANISMOS CONSTITUINTES DA REPRESENTAÇÃO SOCIAL: ANCORAGEM E OBJETIVAÇÃO

Para que um fenômeno novo e complexo, como a renovada escalada do conflito, se estabeleça na consciência coletiva, Moscovici (1978) descreve a atuação de dois mecanismos interligados: a Objetivação e a Ancoragem. Ambos os processos são manifestações diretas do poder simbólico e do enquadramento midiático.

1.3.1 A objetivação: do conceito abstrato ao núcleo figurativo

A Objetivação é o processo pelo qual um conceito abstrato ou desconhecido é transformado em uma figura, imagem ou núcleo concreto. Ela confere materialidade à ideia, tornando-a palpável e familiar, como se fosse uma parte da realidade objetiva. Segundo Sá, (1995 apud Jodelet, 2005), o processo de objetivação se desdobra em três etapas:

1. Seleção e descontextualização: a mídia seleciona apenas alguns elementos da realidade complexa, desvinculando-os do contexto histórico e social. Na cobertura do conflito, a seleção frequentemente prioriza a violência em sua forma mais crua (mísseis, ruínas, vítimas) em detrimento dos fatores estruturais (decisões políticas, diplomacia, economia).
2. Formação do núcleo figurativo: os elementos selecionados são organizados em uma estrutura de imagens. O conflito Israel-Palestina, que é uma longa história de despossessão e resistência, é objetivado em ícones visuais de ataque e retaliação: o sistema Domo de Ferro, os túneis do Hamas, a bandeira de Israel tremulando sobre Gaza. Esses ícones formam o núcleo figurativo, que é definido por Jodelet (2005, p.365) como “uma nodal representativa que corre através de todos os campos”.
3. Naturalização: por fim, o núcleo figurativo se integra à percepção da realidade, parecendo natural e óbvio. O conflito passa a ser visto como um "estado natural"

daquela região, e não como o resultado de ações históricas e políticas específicas. A objetivação, ao fixar o conflito na imagem da destruição mútua, obscurece a assimetria de poder e a longa duração da violência estrutural. Segundo o autor:

A objetivação explica a representação como construção seletiva, esquematização estruturante, naturalização, isto é, como conjunto cognitivo que retém, entre as informações do mundo exterior, um número limitado de elementos ligados por relações, que fazem dele uma estrutura que organiza o campo de representação e recebe um status de realidade objetiva (Jodelet, 2005, p.48).

No jornalismo contemporâneo, a velocidade e a predominância da imagem potencializam a objetivação. As manchetes e fotografias escolhidas atuam diretamente na criação e consolidação desse núcleo figurativo.

1.3.2 A ancoragem: enquadramento e classificação moral do conflito

A Ancoragem é o segundo processo, crucialmente ligado à Objetivação. Se a Objetivação torna o novo concreto, a Ancoragem o classifica, o integra em categorias familiares e, sobretudo, atribui-lhe um valor moral e ideológico preexistente no grupo social. Como ensina Moscovici:

Pela classificação do que é inclassificável, pelo fato de dar um nome ao que não tinha nome, nós somos capazes de imaginá-lo, de representá-lo. De fato, a representação é, fundamentalmente, um sistema de classificação e de denotação, de alocação de categorias e nomes. (Moscovici, 2003, p. 62).

No jornalismo, a Ancoragem é o que se chama de Enquadramento (*Framing*). O enquadramento noticioso é a seleção de alguns aspectos da realidade percebida, tornando-os mais salientes em um texto comunicacional, de modo a promover uma definição particular do problema, uma interpretação causal, uma avaliação moral e/ou uma recomendação de tratamento (Entman, 1993).

No enquadramento do conflito Israel-Palestina, a Ancoragem ocorre através de categorias binárias de oposição:

1. Ancoragem Política e Moral: a nomeação dos atores é a principal forma de ancoragem. O Hamas é frequentemente ancorado na categoria de "grupo terrorista", o que classifica suas ações sob o código moral de violência injustificada e não política. Israel é frequentemente ancorado na categoria de "Estado democrático" ou "vítima de ataque terrorista", o que atribui às suas ações militares a legitimação moral da autodefesa.

2. Ancoragem Histórica: a forma como a mídia utiliza termos temporais âncora é determinante. O conflito pode ser ancorado no evento de 7 de outubro de 2023 (o ponto de partida é o ataque do Hamas), desancorando-o das raízes de 1948 (Nakba) ou de 1967 (Ocupação). A âncora temporal define a causa e, conseqüentemente, a culpa e a justificativa para a ação.
3. Ancoragem Afetiva: a escolha de palavras que evocam emoções fortes (sofrimento, trauma, indignação) permite que o conflito seja classificado em categorias de forte carga emocional. O termo "reféns" ancorado à narrativa de Israel e o termo "genocídio" ancorado à narrativa da Palestina ativam representações sociais emocionais distintas, orientando a reação do público brasileiro.

A Ancoragem é o processo que permite à mídia realizar o que Stuart Hall e Tomaz Tadeu da Silva (2000, p. 106) chamam de “fechamento e marcação de fronteiras simbólicas”. Ao classificar rigidamente os atores e os eventos, a mídia impede o reconhecimento da complexidade, reforçando a polarização:

A identidade e a diferença se traduzem, assim, em declarações sobre quem pertence e sobre quem não pertence, sobre quem está incluído e quem está excluído. Afirmar a identidade significa demarcar fronteiras, significa fazer distinções entre o que fica dentro e o que fica fora. A identidade está sempre ligada a uma forte separação entre “nós” e “eles”. Essa demarcação de fronteiras, essa separação e distinção, supõem e, ao mesmo tempo, afirmam e reafirmam relações de poder. “Nós” e “eles” não são, neste caso, simples distinções gramaticais. Os pronomes “nós” e “eles” não são, aqui, simples categorias gramaticais, mas evidentes indicadores de posições-de-sujeito fortemente marcadas por relações de poder. (Silva, 2000, p. 82).

O enquadramento, como mecanismo de ancoragem, é a evidência do trabalho discursivo da mídia em construir a representação social do “nós” (o lado justificado, compreensível) e do “eles” (o lado demonizado, irracional).

A ancoragem, ao classificar e nomear o objeto, cumpre uma função intrinsecamente ideológica. A ideologia, no sentido de Thompson (1998), não é apenas um conjunto de falsas ideias, mas o modo como o sentido (a Representação Social) serve para estabelecer e sustentar relações de dominação.

No contexto do conflito, o enquadramento midiático brasileiro, ao ancorar os atores em categorias assimétricas (democracia vs. terrorismo), está ativamente participando da:

1. Dissimulação: a Representação Social dissimula a existência da ocupação. Ao focar a narrativa no “ataque terrorista”, a Representação social construída esconde a história de

desposseção e o desequilíbrio militar e político. A violência do ocupado é ancorada como *ilegal* (terrorismo); a violência do Estado ocupante é ancorada como *legítima* (autodefesa). A dissimulação opera no nível da Representação Social, mascarando a origem da violência.

2. Reificação: o conflito é reificado, ou seja, transformado em algo natural, imutável e inevitável. A Representação Social ancorada reifica a violência como um ciclo eterno de ódio étnico-religioso, desancorando-o das causas socioeconômicas e políticas, como o acesso à água, terra e cidadania. Segundo Thompson (1998), a reificação impede a busca por soluções, pois se o conflito é "natural", não pode ser resolvido por intervenção humana. O resultado é uma Representação Social que imobiliza a análise crítica e o engajamento político.

Essa análise da ancoragem é crucial, pois ela demonstra que a escolha do *frame* é a escolha de qual Representação Social será privilegiada. Um veículo como o G1, com sua grande audiência, ao optar por uma ancoragem específica, tem o poder de cristalizar um *saber social* que se torna hegemônico, relegando a Representação da "resistência anticolonial" a um nicho marginal ou de ativismo. A monografia deve buscar as categorias de ancoragem dominantes nos títulos, nos *leads* e na seleção de fontes, pois são nesses pontos que o trabalho ideológico de fixação da Representação Social se manifesta com maior clareza. A identificação das palavras-chave (*terrorismo, guerra, retaliação, genocídio*) e seu uso em diferentes contextos discursivos permitirá mapear o mapa de sentidos do conflito no Brasil.

1.4 MÍDIA, PODER SIMBÓLICO E A REPRODUÇÃO DA IDEOLOGIA DO CONFLITO

A circulação das Representações Sociais é inseparável do conceito de Poder Simbólico, tal como desenvolveu Thompson (1998). A mídia não é uma entidade neutra no conflito, mas um ator social que detém a capacidade de intervir nos acontecimentos por meio da produção e circulação de formas simbólicas. A TRS opera, em última instância, como um mecanismo de reprodução do poder simbólico na esfera social.

1.4.1 O poder simbólico e a estruturação da visibilidade

Thompson (1998) argumenta que o poder simbólico é a capacidade de produzir e manter formas simbólicas (imagens, narrativas, discursos) que legitimam e sustentam as relações de dominação. O desenvolvimento das indústrias da mídia na modernidade (a

imprensa, a radiodifusão, os portais digitais) ampliou radicalmente o alcance desse poder simbólico, conferindo-lhe uma dimensão de massa e uma velocidade sem precedentes.

No contexto do conflito, o poder simbólico da mídia se manifesta na estruturação da visibilidade dos eventos. A mídia decide:

- Quem é visto/ouvido: a quem é dado o direito de ser fonte. O privilégio de militares, líderes de Estado e analistas geopolíticos ligados ao Ocidente, em detrimento de vozes palestinas de Gaza ou de ativistas de direitos humanos, é uma manifestação do poder simbólico que silencia o lado subalterno.
- O que é visto/coberto: o foco na violência visível (objetivação) em detrimento da violência estrutural (ocupação, bloqueio, assentamentos).

Thompson (1998) nos ensina que o conflito se estende à luta pela visibilidade e pela interpretação. O *framing* da mídia (o enquadramento) é a manifestação do poder simbólico, pois ele estabelece a "versão oficial" ou dominante da realidade, que é absorvida como representação social. A Agência Brasil e o G1, embora com diferentes naturezas, participam dessa economia simbólica, competindo ou reforçando a representação hegemônica que chega ao leitor brasileiro.

Thompson (1998) vai além do conteúdo, analisando as condições técnico-organizacionais da comunicação. O poder simbólico na modernidade é mediado pela tecnologia. A cobertura de um conflito global, como a crise de Gaza, exemplifica as formas de interação mediada:

1. Interação mediada: diferente da interação face a face, a interação mediada (como uma chamada de vídeo ou uma entrevista a distância) estabelece uma comunicação que separa a comunicação do contexto local imediato, mas pode limitar a presença de pistas não verbais em comparação com a interação face a face (Thompson, 1998). Na cobertura, isso permite que o jornalista brasileiro acesse uma fonte em Israel ou Palestina, mas com filtros e seleções que já são parte do poder simbólico em ação. A escolha de fontes por meio de videoconferência ou notas oficiais de gabinetes diplomáticos, em detrimento do repórter *in loco*, molda a Representação Social de forma específica.
2. Quase-interação mediada: esta é a principal forma de comunicação de massa (telejornal, portal de notícias). Segundo Thompson (1998), é um tipo de interação unidirecional e monológica, onde o público não pode responder diretamente ao emissor, mas apenas

indiretamente (por cartas, redes sociais, etc.). O leitor brasileiro do G1, por exemplo, está em uma relação de quase-interação, consumindo a Representação Social sem a possibilidade de diálogo imediato.

A quase-interação mediada é o palco principal da construção da Representação Social do conflito. Ela permite que a mídia imponha seu *frame* (sua Ancoragem e Objetivação) sem ser imediatamente confrontada. Essa assimetria de interação é um componente do poder simbólico: a Representação Social que chega é autorizada, vinda de um polo de prestígio (o veículo de massa), e, por isso, tem maior probabilidade de ser internalizada pelo público como o *savoir social* verdadeiro,

quando formas simbólicas mediadas são incorporadas reflexivamente aos projetos de formação do self – como, por exemplo, as concepções de masculinidade e feminilidade, de identidade étnica, etc. - então as mensagens da mídia podem assumir um papel ideológico bastante poderoso (Thompson, 1998, p. 187).

A repetição do frame na quase-interação é um poderoso mecanismo de sedimentação da Representação Social, pois explora a assimetria estrutural da comunicação de massa. Se o polo emissor detém o poder simbólico de autorizar o *savoir social*, a reiteração contínua do mesmo *frame* garante que a lente interpretativa da mídia seja naturalizada pelo público. O que é apresentado de forma constante e sem desafio passa a ser percebido não como uma construção, mas como a realidade inerente ao conflito, consolidando a Representação Social como conhecimento “verdadeiro” e internalizável.

1.4.2 A ideologia como mascaramento do poder e legitimador de dominação

Em Thompson (2011), o poder simbólico está profundamente ligado à ideologia. A ideologia é o modo como o sentido (a representação social) serve para estabelecer e sustentar relações de dominação. A análise ideológica, neste caso, não se limita a identificar a mentira, mas sim a como o sentido construído pela mídia naturaliza e legitima relações assimétricas de poder.

Thompson (2011) detalha as cinco maneiras pelas quais o poder simbólico, através da ideologia, opera para mascarar, justificar e sustentar a dominação. Na análise jornalística, estas operações servem como categorias para mapear o enquadramento e a Representação Social resultante:

1. Legitimação: segundo o autor, relações de dominação podem ser criadas e mantidas quando são apresentadas como legítimas, isto é, como justas e merecedoras de apoio.

A cobertura tende a focar na legalidade das ações, minimizando o impacto moral de suas consequências. A representação das relações de dominação como legítimas pode ser vista como uma exigência de legitimação que está baseada em certos fundamentos, expressa em certas formas simbólicas e que pode, em circunstâncias dadas, ser mais ou menos efetiva (Thompson, 2011, p. 82).

2. Dissimulação: envolve esconder ou negar o fato da dominação. A ideologia como dissimulação pode ser expressa em formas simbólicas através de uma variedade de diferentes estratégias (Thompson, 2011, p. 83).
3. Unificação: O autor argumenta que o poder se sustenta pela “construção, no nível simbólico, de uma forma de unidade” (Thompson, 2011, p. 86) que se sobrepõe às diferenças que separam os sujeitos.
4. Fragmentação: oposta à unificação, fragmenta os grupos subalternos, impedindo que construam uma Representação Social coesa de sua própria condição. No contexto do conflito, a mídia pode focar nas divisões políticas entre Hamas e Fatah, ou nas diferenças entre os palestinos de Gaza, Cisjordânia e da diáspora, fragmentando a Representação Social da "causa palestina", o que ilustra a ideia do autor:

Relações de dominação podem ser mantidas não unificando as pessoas numa coletividade, mas segmentando aqueles indivíduos e grupos que possam ser capazes de se transformar num desafio real aos grupos dominantes, ou dirigindo forças de oposição potencial em direção a um alvo que é projetado como mau, perigoso ou ameaçador (Thompson, 2011, p. 87).

5. Reificação: “relações de dominação podem ser estabelecidas e sustentadas pela retratação de uma situação transitória, histórica, como se essa situação fosse permanente, natural, atemporal” (Thompson, 2011, p. 87).

A monografia, ao aplicar esta tipologia (Dissimulação, Reificação, Unificação, etc.) ao conteúdo de G1 e Agência Brasil, busca transcender a análise superficial de viés. Ela se aprofunda na estrutura simbólica da Representação Social construída, demonstrando como o enquadramento se alinha ou se desvia dessas operações ideológicas.

1.5 REPRESENTAÇÕES DE IDENTIDADE E O ENQUADRAMENTO DA DIFERENÇA (ALTERIDADE)

A representação social do conflito é indissociável da representação das identidades. O modo como a mídia âncora e objetiva os fatos é uma estratégia discursiva que define quem tem legitimidade moral e política no cenário do conflito, trabalhando o conceito de diferença (Hall, 2000) e as categorias de identidade (Castells, 2018).

1.5.1 A identidade como construção discursiva e os efeitos de fronteiras simbólicas

Conforme a perspectiva dos Estudos Culturais, a identidade não é uma essência fixa, mas um produto em constante construção. “A identificação é, pois, um processo de articulação, uma suturação, uma sobredeterminação, e não uma subsunção” (Stuart Hall, 2000, p.106). É o que Tomaz Tadeu da Silva (2000, p. 106) chama de produção de "efeitos de fronteiras simbólicas".

O discurso midiático, ao produzir a Representação Social, é o principal campo de batalha onde essas fronteiras são desenhadas. A TRS, ao analisar essa dinâmica, demonstra que a mídia recorre a um Núcleo Figurativo que é fortemente marcado pela alteridade: a identidade palestina (o "eles") é objetivada como a antítese da identidade israelense (o "nós" ocidentalizado), cumprindo a função de classificação e justificação da representação social.

Um sistema classificatório aplica um princípio de diferença a uma população de uma forma tal que seja capaz de dividi-la (e a todas as suas características) em ao menos dois grupos opostos - nós/eles (por exemplo, servos e croatas); eu/outro. (Silva, 2000, p. 40).

1.5.2 identidades de resistência vs. identidades legitimadoras (Castells)

Para refinar a análise das Representações Sociais na mídia, o conceito de Identidade proposto por Manuel Castells (2018) oferece uma tipologia útil. Castells classifica as identidades em três tipos, sendo dois cruciais para o entendimento da dinâmica de poder no conflito:

1. Identidade Legitimadora: “é aquela introduzida pelas instituições dominantes da sociedade no intuito de expandir e racionalizar sua dominação em relação aos atores sociais” (Castells, 2018. p. 55). A identidade do Estado de Israel, na maior parte da cobertura midiática ocidental e hegemônica, é apresentada como uma Identidade Legitimadora, com foco na narrativa de Estado soberano, democrático e defensor da

segurança. Essa representação social legitima suas ações militares e políticas de segurança na esfera internacional.

2. Identidade de Resistência: “criada por atores que se encontram em posições/condições desvalorizadas e/ou estigmatizadas pela lógica da dominação” (Castells, 2018, p. 56). A Identidade Palestina é predominantemente uma Identidade de Resistência. No entanto, a representação social midiática, operando por ancoragem (terrorismo) e objetivação (violência), frequentemente distorce e demoniza essa identidade.

Ao aplicar a TRS com a lente de Castells (2018), esta monografia tem como foco mapear como o jornalismo brasileiro (G1 e Agência Brasil) utiliza a ancoragem e a objetivação para:

- Reforçar o *frame* legitimador (segurança, democracia) da Identidade Israelense;
- Subverter e demonizar o *frame* de resistência (anticolonialismo, luta por autodeterminação) da Identidade Palestina, reduzindo-a a uma categoria de violência ilegítima.

Gherman e Calandrin (2024) destacam a contribuição de emoções políticas para a reprodução social, relações de poder e mudanças políticas, particularmente no contexto de um conflito prolongado, algo que a TRS absorve integralmente. A Representação Social do conflito não é apenas racional, mas profundamente afetiva. A mídia, ao selecionar narrativas, evoca emoções que reforçam a Identidade Legitimadora e enfraquecem a Identidade de Resistência.

De acordo com Hall (2003), o enquadramento midiático, operando a serviço do poder simbólico, trabalha para promover o fechamento discursivo, ou seja, a exclusão de qualquer Representação Social que desafie a narrativa dominante. A acusação de "antissemitismo" como resposta a críticas a Israel, por exemplo, atua como um mecanismo de fechamento discursivo na esfera pública, impedindo que a Representação Social da "ocupação" ganhe legitimidade, ou que se reconheça o sofrimento palestino.

O presente capítulo, sob a lente da TRS, busca demonstrar que o jornalismo, ao enquadrar o conflito, não oferece apenas informação, mas um mapa de significados que, por meio da objetivação e da ancoragem de identidades, constrói uma Representação Social do conflito Israel-Palestina no Brasil. Essa Representação, ao legitimar certas narrativas e silenciar outras, participa do jogo do poder simbólico e contribui para o prolongamento do confronto discursivo.

Em suma, a Teoria das Representações Sociais, aliada à discussão sobre o Poder Simbólico de Thompson (1998) e a Identidade de Hall (2000) e Castells (2018), serve como um mapa para a análise do discurso midiático. Ela permite que a pesquisa vá além da simples contagem de fontes, e adentrar a estrutura profunda da narrativa jornalística para desvendar como o G1 e a Agência Brasil colaboram na produção e reprodução de um conhecimento social simplificado e potencialmente polarizador do complexo conflito Israel-Palestina. Essa análise de enquadramento se torna o pilar para a avaliação ética e normativa que será realizada no capítulo subsequente.

2. JORNALISMO ESPECIALIZADO, GUERRA E PAZ: UM PERCURSO ÉTICO-METODOLÓGICO

A cobertura jornalística de conflitos internacionais complexos, como o embate entre Israel e Palestina, exige uma profunda reflexão sobre a prática profissional e o seu enquadramento ético-político. Se o capítulo anterior demonstrou o poder dos *frames* e das Representações Sociais na polarização e simplificação do real, este capítulo se propõe a traçar um caminho que vai do reconhecimento da necessidade de um jornalismo mais denso e analítico até a proposição de um modelo que transcende a mera descrição da violência: o Jornalismo para a Paz (*Peace Journalism*). O percurso analítico se inicia no campo mais abrangente da especialização, avança para a crítica do paradigma dominante de cobertura de guerra e culmina na apresentação detalhada do modelo propositivo de Paz Positiva.

2.1 O Jornalismo Especializado Como Imperativo Da Modernidade Tardia

A transição para a chamada Sociedade da Informação transformou radicalmente o ecossistema midiático, gerando um volume de dados sem precedentes. Paradoxalmente, o excesso de informação não implicou um aprofundamento do conhecimento; pelo contrário, a velocidade e a sobrecarga de informações muitas vezes resultaram na superficialidade e na dificuldade do público em processar e contextualizar fenômenos complexos, como as crises geopolíticas (Abiahy, 2000). Diante deste cenário:

As produções especializadas compreendem que justamente pelo excesso de informação que chega diariamente, o indivíduo sente necessidade de uma orientação para o que seja de seu maior interesse, por isso existe a busca crescente por materiais mais direcionados (Abiahy, 2000, p. 13).

2.1.1 Da sociedade da informação à necessidade da profundidade

Segundo Tavares (2012), o desenvolvimento da especialização jornalística está historicamente situado entre as décadas de 1970 e 1980, como uma resposta à demanda do público por notícias que fossem não apenas factuais, mas eminentemente explicativas. A premissa básica é que o jornalista, diante de uma realidade cada vez mais técnica e segmentada – seja em economia, ciência, política internacional ou saúde – não pode mais se limitar ao perfil do "generalista" que apenas reescreve comunicados ou descreve superficialmente os eventos.

O aprofundamento da cobertura de um conflito internacional de longa duração, como o Israel-Palestina, ilustra a inadequação do modelo generalista. Este conflito exige um conhecimento aprofundado sobre direito internacional, história do Oriente Médio, geopolítica

da ocupação e os fatores culturais e religiosos que modelam as narrativas dos envolvidos. Sem essa base especializada, a cobertura se torna vulnerável à simplificação e à reprodução acrítica dos *frames* mais imediatistas e superficiais, concentrando-se no último ataque ou retaliação sem oferecer a devida contextualização das causas estruturais.

2.1.2 Definições e contornos da especialização jornalística

Segundo Tavares (2012), a especialização pode ser vista como um campo de saber e uma prática que estrutura a produção noticiosa em "blocos informativos" coesos e profundos, como os cadernos de "Economia" ou "Política". Contudo, no contexto da cobertura de crises, a especialização vai além da organização editorial. Ela implica a adoção de um rigor metodológico que se opõe à lógica da urgência e da mera atualização de dados.

O jornalista especializado, ao abordar um conflito geopolítico, deve integrar múltiplas áreas do saber, tratando-o como um tema multifacetado. A cobertura do conflito Israel-Palestina, por exemplo, não pode ser reduzida à categoria "Internacional" ou "Política" isoladamente. Ela exige a mobilização de conhecimentos sobre:

- Geopolítica: análise de poder, influência de atores externos e disputa por território e recursos.
- Direito internacional: estatuto da ocupação, leis de guerra e crimes contra a humanidade.
- História: raízes do sionismo, da diáspora, da *Nakba* e do processo de paz fracassado.
- Comunicação/Cultura: estudo das narrativas, da propaganda e da construção de identidades por meio da mídia (o conceito de Representação Social, visto no capítulo anterior).

Essa abordagem holística, própria do jornalismo especializado, prepara o terreno para a crítica ao modelo tradicional de cobertura de crise, o Jornalismo de Guerra, e para a adoção de um referencial mais construtivo: o Jornalismo para a Paz. O movimento do generalista para o especialista é, assim, o primeiro passo para o desenvolvimento de uma cobertura mais ética e socialmente responsável.

O desenvolvimento do Jornalismo Especializado não é apenas uma questão de aprofundamento temático, mas também de uma mudança na própria estrutura da produção noticiosa. Tavares (2012) e Abiahy (2000) concordam que esta modalidade surge como um

esforço para ordenar o fluxo caótico de informações gerado pela modernidade tardia e suas tecnologias.

É nesse sentido que, ao lidar com áreas informativas e grandes blocos de conteúdo (expressão espanhola que se refere ao conjunto de certas sub-áreas a partir de enfoques específicos, como política, por exemplo), a proposta de Fernández Del Moral (1983) complexifica um ponto de vista ao pensamento histórico sobre o jornalismo especializado, acrescentando à visada de sua concepção como prática jornalística, uma ideia sobre um tipo de informação que passa a ser produzida: a ‘Informação Periodística Especializada’ (Tavares, 2012, p. 105).

A natureza do Jornalismo Especializado impõe um novo perfil ao profissional: ele deve ser um mediador qualificado entre a complexidade da realidade e a compreensão pública. Isto significa que, no campo dos conflitos internacionais, o jornalista não pode se limitar à tradução de comunicados de imprensa ou à reprodução do discurso diplomático. Ele deve ser capaz de resgatar a cronologia, identificar as assimetrias de poder e analisar o arcabouço legal que rege a crise. Em suma, o especialista em cobertura internacional de crises é aquele que, munido de contexto, rejeita a simplificação e se torna uma autoridade temática perante o público, o que o afasta da tentação do sensacionalismo e da lógica de espetacularização inerente ao noticiário de guerra.

Essa profundidade é particularmente crucial no contexto da Cobertura Geopolítica e de Relações Internacionais, um campo que, embora nem sempre categorizado como uma especialização autônoma, demanda o mais alto grau de conhecimento sobre as estruturas de poder e as narrativas em disputa. É justamente na interseção entre a especialização e a crítica ao sensacionalismo da guerra que a proposta do Jornalismo para a Paz ganha sua força metodológica.

2.2 O Paradigma Dominante: Jornalismo De Guerra (*War Journalism*)

O modelo hegemônico de reportar conflitos, que dominou a história do jornalismo, especialmente a partir das grandes guerras do século XX, é criticamente denominado Jornalismo de Guerra (*War Journalism*).

Podemos concluir então que a cobertura de guerra sempre foi necessária para atualizar a população do que acontece tanto em seu próprio país, quanto em países bem distantes. Foi possível notar que desde o início da profissão, em meados do século XIX, o jornalista passou por diversas mudanças na maneira de cobrir a guerra. No início eram utilizados muitos relatos de combatentes

que, foram sendo substituídos pelos relatos dos próprios jornalistas no front (Araújo, 2005, p. 18).

2.2.1 A gênese do correspondente de guerra e a ética da "objetividade"

A figura do correspondente de guerra é uma das mais romantizadas do jornalismo, associada à coragem e ao testemunho histórico. Contudo, a evolução desta prática revela um histórico intrinsecamente ligado à propaganda, à censura e ao alinhamento com as agendas militares e estatais.

O problema central do *War Journalism* reside na sua adesão a uma ética da "objetividade" que se limita a registrar o evento da violência sem questionar a estrutura do conflito. A objetividade, neste contexto, é reduzida à busca por uma simetria de relatos, o que, em contextos de poder assimétrico (como entre um Estado e um grupo não-estatal), se traduz em uma simetria falsa de responsabilidade (Mcgoldrick; Lynch, 2000). Ao reportar a retaliação do Estado e o ataque do grupo não-estatal com o mesmo peso moral, o *War Journalism* falha em expor as causas estruturais que geraram o ataque inicial, reforçando o *status quo* de violência (Galtung, 2015).

2.2.2 Os frames do conflito: simplificação, binariedade e orientação para a elite

O *War Journalism* não é apenas a cobertura de fatos trágicos, mas um modelo narrativo que se estrutura em torno de um conjunto de filtros e simplificações que Galtung (2015) e McGoldrick e Lynch (2000) identificam como promotores do conflito. Estes filtros, ou *frames*, reforçam a lógica do combate em detrimento das soluções.

O primeiro e mais evidente filtro do Jornalismo de Guerra é a sua obsessão pela Violência Direta e pelo Evento (Mcgoldrick; Lynch, 2000). Em uma cobertura de crise, isso se traduz na primazia do ataque mais recente, na contagem de mortos e na descrição dramática da destruição. Ao concentrar-se nesses eventos, o jornalismo desvia o olhar do processo contínuo e das causas de longo prazo.

A desistorização da notícia, que é a remoção do contexto histórico e estrutural, impede o público de entender que a violência direta é, muitas vezes, apenas o sintoma de uma Violência Estrutural mais profunda (Galtung, 2015). No caso do conflito em análise, cobrir apenas os mísseis e os bombardeios, sem contextualizá-los na história da ocupação, do bloqueio e da negação de direitos, é reduzir a complexidade a um mero ato de barbárie irracional ou de retaliação. Esta falha narrativa cumpre a função de manter o público em um estado de choque constante e desinformado sobre o real motor do conflito.

O segundo pilar do *War Journalism* é a lógica binária e a simplificação moral. Este modelo divide o conflito em apenas "duas partes", opondo um lado ao outro e forçando a narrativa a operar sob o *frame* do Bem contra o Mal (Galtung, 2015).

Esta simplificação tem duas consequências severas. A primeira é o fomento da simetria falsa, onde atores com poder e *status* radicalmente diferentes (como um exército estatal e um grupo armado não-estatal) são tratados como moralmente equivalentes. Ao fazê-lo, o jornalismo ignora o contexto de poder e a história de dominação que precede a violência (Mcgoldrick; Lynch, 2000).

A segunda é a desumanização do "outro". A lógica binária exige a identificação de um inimigo monolítico, o que leva à utilização de linguagens estigmatizantes e à supressão das vozes internas que questionam a violência dentro do próprio grupo (Kempf, 2019). O Jornalismo de Guerra, ao encaixar a realidade complexa em duas caixas estanques, não apenas falha em reportar a verdade, mas ativamente participa na construção de uma realidade social polarizada.

A cobertura tradicional de guerra adota uma orientação para a elite (Mcgoldrick; Lynch, 2000). As vozes privilegiadas são as dos líderes políticos, porta-vozes militares, diplomatas de alto escalão e *experts* com acesso ao poder. Essa escolha de fonte não é neutra; ela garante que a narrativa oficial, que geralmente apoia a solução militar e a defesa da agenda estatal, domine o noticiário.

Essa orientação tem como consequência o silenciamento das vozes de Paz Positiva. O *War Journalism* ignora:

- As vítimas: focando-se no número total de mortos, o modelo raramente aprofunda as histórias das vítimas e, crucialmente, das vítimas de todos os lados, bem como o seu sofrimento compartilhado.
- A sociedade civil: os movimentos de base, as organizações não-governamentais (ONGs) e os grupos binacionais que trabalham pela coexistência e pela resolução pacífica são sistematicamente marginalizados.
- As propostas de solução: a meta da cobertura é a Vitória, não a conciliação. Assim, as propostas de negociação, as iniciativas de diplomacia não-oficial (*Track-Two Diplomacy*) e os caminhos para a Paz Positiva são considerados "notícias frias" ou irrelevantes para a dinâmica do combate (Galtung, 2015).

A crítica a esses *frames* do *War Journalism* é o ponto de partida para a proposta de uma alternativa ética e metodológica, que é o Jornalismo para a Paz.

2.2.3 As consequências sociais do *war journalism*: violência cultural e reforço da polarização

O impacto do *War Journalism* transcende o mero relato factual, inscrevendo-se na esfera da produção de cultura e do reforço da violência cultural. Cabral e Salhani (2017) deixam claro que a mídia, ao adotar o *frame* de guerra, atua como um vetor de legitimação para as formas de violência estrutural e direta.

No jornalismo orientado para a guerra, apenas os conflitos em si e suas consequências visíveis, como o número de feridos ou mortos, as armas utilizadas ou os danos materiais causados, são considerados. Neste caso, pode-se notar uma desumanização da parte adversária ("inimiga"), alcançada através da exposição de inverdades sobre eles e acobertamento dos erros 'nossos' (Cabral; Salhani, 2017, p.10).

A Violência Cultural é o arsenal simbólico que justifica o uso da força. Por exemplo, o uso constante de termos como "terroristas" sem a devida contextualização da violência estrutural que alimenta esses grupos, ou a simplificação de toda uma população (palestina ou israelense) a seus líderes mais radicais, são exemplos de violência cultural midiática.

Além disso, Kempf (2019) destaca o papel do *War Journalism* na criação e manutenção de Percepções Errôneas (*Misperceptions*). Estas são distorções cognitivas sobre a natureza do conflito, os motivos do "outro" e as suas intenções. O modelo de guerra, ao focar apenas nos piores atos do inimigo, leva o público a crer que:

a) O inimigo é monolítico e irracional: a totalidade da população adversária é vista como sendo motivada por um ódio cego ou por um desejo de destruição, ignorando a vasta maioria que deseja a paz.

b) O conflito é de soma zero: acredita-se que não há solução onde ambos os lados possam satisfazer suas necessidades legítimas, reforçando a ideia de que a única saída é a vitória pela força.

Ao promover a violência cultural e as percepções errôneas, o *War Journalism* não apenas falha em informar, mas se torna um obstáculo ativo à resolução do conflito, reforçando a polarização e a incapacidade de diálogo. A superação deste modelo é o objetivo central do Jornalismo para a Paz.

2.3 Jornalismo para a Paz (*Peace Journalism*): transcendendo o conflito

Diante das limitações do *War Journalism*, o Jornalismo para a Paz (*Peace Journalism*), um conceito desenvolvido primariamente por Johan Galtung, apresenta-se como uma filosofia e metodologia de reportagem que busca intencionalmente oferecer soluções ao invés de apenas registrar a violência. É uma forma de jornalismo propositivo que se inscreve na linhagem do jornalismo especializado por sua demanda de aprofundamento contextual e ético. Não se trata de substituir a reportagem do evento violento, mas de dar-lhe o devido contraponto por meio da visibilidade das forças de paz e da exposição das raízes do conflito (Galtung, 2015).

2.3.1 As bases conceituais: galtung e a tríade da violência e da paz

O desenvolvimento do *Peace Journalism* é indissociável do arcabouço teórico dos *Peace Studies* (Estudos para a Paz), cujo principal expoente é o sociólogo norueguês Johan Galtung. A proposta de Galtung de um novo fazer jornalístico deriva de uma compreensão estrutural e multifacetada da violência e da paz, rejeitando a simplificação que domina o discurso midiático tradicional (Galtung, 2015; Cabral; Salhani, 2017).

A principal contribuição de Galtung para a análise de conflitos é a sua diferenciação entre três formas interligadas de violência, que se retroalimentam:

a) Violência Direta (O Visível): é a forma mais óbvia e coberta pelo *War Journalism*. Envolve atos de agressão física e verbal, destruição e morte. É o evento que explode e ocupa as manchetes. Ao focar-se exclusivamente nela, a mídia tradicional ignora o sistema que a produz, tratando-a como um fenômeno isolado (Cabral; Salhani, 2017).

b) Violência Estrutural (O Invisível): é a violência incrustada nas estruturas sociais, políticas e econômicas, que impede as pessoas de satisfazerem suas necessidades básicas (saúde, moradia, liberdade, identidade). Ela se manifesta através da desigualdade, da exploração, da ocupação, do *apartheid* e de leis injustas (Galtung, 2015). No contexto do conflito Israel-Palestina, a Violência Estrutural é manifestada pela ocupação e pelo bloqueio, que limitam a liberdade de movimento e o desenvolvimento econômico de uma das partes. O *Peace Journalism* tem como missão central tornar visível essa violência invisível, expondo as condições que geram a Violência Direta.

c) Violência Cultural (O Simbólico): é a dimensão cultural (religião, ideologia, arte, ciência e, crucialmente, a mídia) que legitima e justifica as Violências Direta e Estrutural (Cabral; Salhani, 2017). Ela cria a narrativa de que a violência é justa, necessária ou inevitável, por meio de preconceitos, estereótipos e desumanização do "outro". O *War Journalism*, ao

utilizar *frames* simplificadores e linguagem polarizada, é um agente ativo da Violência Cultural.

O *Peace Journalism* propõe uma cobertura que rastreie a cadeia causal: a Violência Cultural legitima a Violência Estrutural, que por sua vez gera a Violência Direta (Galtung, 2015). O jornalista para a paz, portanto, deve desarmar os mecanismos culturais e expor as falhas estruturais, em vez de apenas registrar o ato direto.

A crítica de Galtung ao jornalismo tradicional se aprofunda na distinção entre duas formas de paz, que definem o horizonte ético da reportagem:

a) Paz Negativa: é a ausência de violência direta. É um estado de cessar-fogo ou armistício que, embora desejável, é inerentemente instável, pois não resolve as causas estruturais subjacentes ao conflito (Galtung, 2015). O *War Journalism* tem a Paz Negativa como seu objetivo implícito, pois seu foco está na interrupção do combate, sem aprofundar as questões de justiça social.

b) Paz Positiva: é definida como a ausência de Violência Estrutural e Cultural, ou seja, um estado onde há integração, equidade, justiça social e cooperação mútua. A Paz Positiva é um conceito dinâmico, que exige o desenvolvimento de instituições e culturas que possam satisfazer as necessidades legítimas de todos os lados do conflito (Galtung, 2015).

A meta do Jornalismo para a Paz é, inequivocamente, a Paz Positiva. A reportagem deve buscar ativamente as forças e iniciativas que promovem a reconciliação, a reconstrução e a justiça, dando visibilidade às soluções políticas, econômicas e sociais que tratam das causas profundas do conflito (Mcgoldrick; Lynch, 2000). Ao adotar a Paz Positiva como seu referencial, o jornalismo transcende a mera descrição do evento para se engajar na construção de um futuro mais justo e equitativo.

2.3.2 O imperativo ético do *Peace Journalism*

“Jornalismo para a paz é um conceito que surge como reivindicação de novos esquemas, práticas e rotinas profissionais que substituam os parâmetros atuais da comunicação” (Salinas, 2014 apud Cabral; Salhani, 2017, p. 9). Não se trata de um jornalismo ativista ou propagandístico, mas de um jornalismo especializado e com viés ético que busca fornecer um mapa mais completo do conflito, orientado para a resolução e a transformação social.

O referencial teórico central do *Peace Journalism* reside na obra de Johan Galtung (2015), que, como visto, distingue entre Paz Negativa e Paz Positiva. A escolha da Paz Positiva como objetivo confere ao modelo uma profunda dimensão ética. O jornalista para a paz entende

que a mera "objetividade" do *War Journalism*, que se limita a reportar o evento violento, não é neutra; ela favorece o *status quo* da violência e a agenda dos atores de maior poder. A ética do *Peace Journalism* reside em sua intencionalidade de criar um campo discursivo que dê voz aos não-poderosos e que exponha os caminhos para a resolução não-violenta.

Assim, o *Peace Journalism* adota a Paz Positiva como seu objetivo, o que se traduz em diretrizes metodológicas que invertem o *frame* do *War Journalism*:

1. Foco no processo e nas causas: em vez de focar no evento (a explosão), o *Peace Journalism* foca nas causas subjacentes (a ocupação, a desigualdade, o trauma histórico). A cobertura se torna orientada para o processo, detalhando como o conflito se desenvolve e como ele pode ser transformado (McGoldrick; Lynch, 2000).
2. Multifacetamento da culpa e análise da complexidade: o modelo se recusa a atribuir culpa binária. Em vez disso, ele explora as necessidades e os objetivos de todos os lados, buscando identificar pontos de encontro (*common ground*) e as múltiplas responsabilidades na escalada da violência (Galtung, 2015).
3. Enquadramento para a solução: a narrativa é estruturada para visibilizar a capacidade de agência dos atores sociais e as iniciativas de Paz Positiva. Ao invés de reportar apenas a destruição, o jornalista para a paz reporta a reconstrução, a negociação e as propostas que buscam resolver o cerne das incompatibilidades (Cabral; Salhani, 2017).

2.3.3 O modelo prático-metodológico: contrastes com o *War Journalism*

O Jornalismo para a Paz não se limita a um ideal filosófico; ele se traduz em um conjunto de práticas e escolhas editoriais que se opõem ao *War Journalism*. McGoldrick e Lynch (2000) propuseram um *checklist* de práticas que orientam o jornalista a transformar a narrativa do conflito, focando na Paz Positiva e no processo de resolução em detrimento da Violência Direta e do evento isolado.

A contribuição de Wilhelm Kempf (2019) adiciona uma camada psicossocial crucial à teoria do Jornalismo para a Paz, ligando-a diretamente à construção social da realidade e ao papel da mídia na criação de percepções errôneas (*misperceptions*) sobre o conflito.

Kempf (2019) argumenta que a simplificação promovida pelo *War Journalism* leva à distorção cognitiva, onde o público, e muitas vezes os próprios jornalistas, interpretam o comportamento do ator adversário de maneira polarizada e irracional. O *War Journalism* tende a:

- a) Monopolizar a culpa: atribuir a responsabilidade do conflito inteiramente a um único

lado, excluindo o reconhecimento das responsabilidades mútuas e das causas estruturais.

b) Descrever as motivações como destrutivas: ações de um grupo são interpretadas como prova de sua natureza maligna e de seu desejo de destruição total, obscurecendo os objetivos legítimos (como segurança, identidade ou justiça) que também podem estar presentes.

c) Ignorar a diversidade interna: tratar o grupo adversário como monolítico, silenciando as vozes que defendem a negociação e a coexistência pacífica dentro dessa comunidade (Kempf, 2019).

O Jornalismo para a Paz, sob a perspectiva de Kempf (2019), deve atuar como um agente de desmistificação. Seu papel não é ser propagandista da paz, mas oferecer uma cobertura completa e contextualizada o suficiente para corrigir as percepções errôneas do público. Isso se dá pela inclusão de todas as vozes e pela exploração das complexidades e nuances que o *War Journalism* omite. Ao mostrar que o conflito é uma “incompatibilidade de objetivos” que pode ser resolvida, em vez de um “embate moral” insolúvel, o *Peace Journalism* pavimenta o caminho cognitivo para a busca da Paz Positiva.

O ponto de virada metodológico é a recusa em enquadrar o conflito apenas em termos de ganho-perda (*zero-sum game*). O *Peace Journalism* busca enquadrar o conflito em termos de solução, identificando e tornando visível a dinâmica pela qual as partes podem alcançar seus objetivos simultaneamente (*win-win game*) (Mcgoldrick; Lynch, 2000). Isto exige que a reportagem seja orientada para o processo histórico e a transformação, e não para o evento final e a destruição.

Na prática, isso significa que, ao invés de dedicar a maior parte do espaço à descrição detalhada dos ataques e das vítimas, o jornalista deve: a) Resgatar a história da incompatibilidade de objetivos; b) Detalhar as negociações, mesmo as informais (*Track-Two Diplomacy*); c) Dar peso às propostas de conciliação; e d) Focar na reconstrução e nas ações de resiliência da sociedade civil. A notícia de Paz Positiva é aquela que abre horizontes para o futuro e expõe a agência humana na busca por justiça e equidade.

A orientação para o povo é uma das marcas do *Peace Journalism*, em contraste direto com a “orientação para a elite” do modelo de guerra (Galtung, 2015). A cobertura de paz exige que a mídia procure ativamente dar voz aos grupos que são sistematicamente marginalizados e silenciados: as vítimas, os refugiados, os ativistas de direitos humanos, os mediadores e, crucialmente, as vozes dissonantes dentro dos grupos em conflito.

Essa inclusão multifacetada de fontes cumpre dois objetivos principais. O primeiro é humanizar o conflito, mostrando o sofrimento compartilhado e o desejo comum de vida pacífica. O segundo é desconstruir a ideia de que o “outro” é monolítico. O Jornalismo para a Paz reconhece que, em qualquer conflito, existem múltiplos atores, incluindo aqueles que buscam a conciliação. A visibilidade dessas vozes de paz interna é essencial para o desenvolvimento da Paz Positiva, pois rompe a percepção de que a única saída é a guerra (Kempf, 2019).

A escolha da linguagem é um ato político e uma ferramenta central do *Peace Journalism* para combater a Violência Cultural. O jornalista para a paz adota um discurso não-violento, que se manifesta pela escolha consciente de termos que evitam a polarização e a desumanização.

Isto implica a cautela na utilização de rótulos estigmatizantes, como “terrorista” ou “extremista”, sem o devido contexto e a explicitação da fonte que utiliza o termo (Mcgoldrick; Lynch, 2000). Mais importante, a reportagem deve focar nas necessidades legítimas dos atores (e.g., segurança, território, reconhecimento, identidade) em vez de apenas em suas posições rígidas e irreconciliáveis. Ao reformular a narrativa de uma luta moral para uma incompatibilidade de objetivos, o jornalista para a paz ajuda a desescalar o conflito no plano simbólico.

O *Peace Journalism* cumpre seu papel ético ao expor a Violência Estrutural, aquilo que o *War Journalism* esconde ao focar apenas no evento direto (Galtung, 2015). A cobertura de crise complexa deve investigar e detalhar as estruturas de dominação: a ocupação, o bloqueio econômico, a desigualdade institucionalizada, a privação de direitos e a legislação segregacionista.

Ao fazer isso, o jornalismo não assume um lado moral, mas um lado factual e contextual, que é o da complexidade e da verdade estrutural. O modelo não exige a negação da Violência Direta, mas exige que ela seja sempre apresentada como um sintoma e uma consequência da Violência Estrutural (Cabral; Salhani, 2017). Essa abordagem investigativa e aprofundada é o que legitima o *Peace Journalism* como um ramo ético e avançado do Jornalismo Especializado.

Esta análise detalhada dos modelos de cobertura – do imperativo da especialização à crítica do modelo de guerra e à proposição da Paz Positiva – fornece o arcabouço teórico-metodológico para a pesquisa. A lente do Jornalismo para a Paz será o filtro através do qual a presente monografia avaliará o desempenho dos veículos de mídia brasileiros (G1 e Agência Brasil) na cobertura do conflito Israel-Palestina. Ao expor se a imprensa brasileira conseguiu transcender a Representação Social polarizada e simplificada (analisada no Capítulo anterior), ou se reproduziu o paradigma limitador do *War Journalism*, será possível mensurar a responsabilidade social do jornalismo nacional e seu papel na construção de uma cultura de paz ou, inversamente, na manutenção da violência cultural (Shinar, 2008).

3. METODOLOGIA

Esta pesquisa caracteriza-se como um estudo qualitativo, de caráter descritivo, que emprega a técnica de análise de conteúdo para examinar a cobertura jornalística do conflito em Gaza produzida pela Agência Brasil e pelo portal G1. O corpus é composto por 20 matérias jornalísticas, sendo 10 de cada veículo, selecionadas a partir de critérios temporais, temáticos e formais previamente estabelecidos e que serão descritos no item 5.4 com mais detalhes.

3.1 Referencial metodológico da análise de conteúdo

A técnica adotada é a análise de conteúdo, compreendida como “um conjunto de técnicas de análise das comunicações” (Bardin, 1977, p. 37), cujo objetivo é permitir ao pesquisador acessar sentidos, estruturas e condições de produção das mensagens. Bardin (1977) define a técnica como um meio que

(...) visa obter, por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores [...] que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (Bardin, 1977, p. 42).

O processo segue as etapas propostas pela autora: pré-análise, exploração do material e tratamento dos resultados, com inferência e interpretação. Na pré-análise, definiram-se o corpus, os critérios de seleção das matérias, os objetivos específicos e um quadro preliminar de categorias, a partir de leitura flutuante das notícias. A leitura flutuante, segundo Bardin (1977, p. 96), consiste em “estabelecer contato com os documentos, deixando-se invadir por impressões e orientações”, permitindo ao pesquisador construir familiaridade com o material.

Na exploração do material, realizaram-se o recorte em unidades de registro e de contexto, a codificação dos trechos relevantes e a classificação nas categorias estabelecidas.

Em conformidade com Bardin, a codificação corresponde ao “processo de transformação dos dados brutos, através de recorte, agregação e enumeração” (Bardin, 1977, p. 122).

No tratamento dos resultados, os dados categorizados foram organizados em quadros e comparados entre si, permitindo identificar regularidades, contrastes e silenciamentos na representação do conflito e dos atores envolvidos. É nesta fase que o analista, segundo Bardin, busca “tornar significativos e válidos os resultados da análise, ultrapassando a simples descrição para alcançar interpretações” (Bardin, 1977, p. 133).

3.2 Escolha dos veículos

A escolha da Agência Brasil e do G1 baseia-se em três dimensões principais: natureza institucional, alcance e papel na formação da agenda pública.

A Agência Brasil é um veículo público de comunicação, vinculado à Empresa Brasil de Comunicação (EBC), com missão de prestar serviços de informação de interesse público, orientados pela pluralidade, pelo caráter não comercial e pelo compromisso com a cidadania. Sua inclusão no estudo permite observar como um veículo público, financiado pelo Estado brasileiro, enquadra um conflito internacional de alta sensibilidade política e diplomática.

O G1, por sua vez, é um portal jornalístico pertencente a um grande grupo privado de comunicação (Grupo Globo), com ampla audiência nacional e forte presença no ambiente digital. Sua seleção possibilita analisar como um veículo comercial, inserido na lógica do mercado midiático, constrói a cobertura do mesmo conflito.

A análise comparativa entre Agência Brasil e G1 permite confrontar dois modelos de comunicação, público e privado, que operam com lógicas institucionais e editoriais distintas, mas dialogam no mesmo espaço informativo nacional. Dessa forma, é possível identificar convergências e divergências nos enquadramentos, nas fontes acionadas e na representação de Israel e Palestina, contribuindo para o debate sobre diversidade informativa na cobertura internacional.

3.3 Corpus, período e critérios de seleção

Título	Veículo	Data de publicação
Israel autoriza retomada humanitária em Gaza após ataques ¹	Agência Brasil	19/10/2025
Israel diz que Hamas violou acordo e lança ataque em Gaza ²	Agência Brasil	19/10/2025
Passagem entre Gaza e Egito permanecerá fechada, diz Netanyahu ³	Agência Brasil	18/10/2025
Hamas recebe 15 corpos e critica sinais de abusos e espancamentos ⁴	Agência Brasil	18/10/2025

¹ <https://agenciabrasil.ebc.com.br/internacional/noticia/2025-10/israel-autoriza-retomada-de-ajuda-humanitaria-em-gaza-apos-ataques>

² <https://agenciabrasil.ebc.com.br/internacional/noticia/2025-10/israel-acusa-hamas-de-violar-acordo-e-lanca-ataque-em-gaza>

³ <https://agenciabrasil.ebc.com.br/internacional/noticia/2025-10/passagem-entre-gaza-e-egito-permanecera-fechada-diz-netanyahu>

⁴ <https://agenciabrasil.ebc.com.br/internacional/noticia/2025-10/hamas-recebe-15-corpos-e-critica-sinais-de-abusos-e-espancamentos>

Israel e Hamas trocam acusações de violação do acordo de trégua ⁵	Agência Brasil	16/10/2025
Ajuda humanitária chega a Gaza, com disputa sobre corpos de reféns ⁶	Agência Brasil	15/10/2025
Hamas entrega corpos de reféns após Israel ameaçar cortar ajuda ⁷	Agência Brasil	14/10/2025
Gaza: Trump declara fim da guerra com troca de reféns por prisioneiros ⁸	Agência Brasil	13/10/2025
Israel começa a libertar presos palestinos ⁹	Agência Brasil	13/10/2025
Hamas entrega últimos reféns a Israel; Trump reafirma fim da guerra ¹⁰	Agência Brasil	13/10/2025
Secretário de Trump diz que presença militar de Israel em Gaza não deve ser permanente ¹¹	G1	25/10/2025
Por que é tão difícil que Hamas se desarme e desapareça após governar Gaza com mão de ferro por quase 20 anos ¹²	G1	25/10/2025
Corte Internacional de Justiça ordena que Israel deixe ajuda entrar em Gaza e proíbe uso da fome como arma de guerra ¹³	G1	22/10/2025
Israel identifica corpo de novo refém entregue pelo Hamas ¹⁴	G1	21/10/2025

⁵ <https://agenciabrasil.ebc.com.br/internacional/noticia/2025-10/israel-e-hamas-trocam-acusacoes-de-violacoes-do-acordo-de-tregua>

⁶ <https://agenciabrasil.ebc.com.br/internacional/noticia/2025-10/ajuda-humanitaria-chega-gaza-com-disputa-sobre-corpos-de-refens>

⁷ <https://agenciabrasil.ebc.com.br/internacional/noticia/2025-10/hamas-entrega-corpos-de-refens-apos-israel-ameacar-cortar-ajuda>

⁸ <https://agenciabrasil.ebc.com.br/internacional/noticia/2025-10/gaza-trump-declara-fim-da-guerra-com-troca-de-refens-por-prisioneiros>

⁹ <https://agenciabrasil.ebc.com.br/internacional/noticia/2025-10/israel-comeca-libertar-presos-palestinos>

¹⁰ <https://agenciabrasil.ebc.com.br/internacional/noticia/2025-10/hamas-entrega-ultimos-refens-israel-trump-reafirma-fim-da-guerra>

¹¹ <https://g1.globo.com/mundo/noticia/2025/10/25/secretario-de-trump-diz-que-presenca-militar-de-israel-em-gaza-nao-deve-ser-permanente.ghtml>

¹² <https://g1.globo.com/mundo/noticia/2025/10/25/por-que-e-tao-dificil-que-hamas-se-desarme-e-desapareca-apos-governar-gaza.ghtml>

¹³ <https://g1.globo.com/mundo/noticia/2025/10/22/corte-internacional-de-justica-ordena-que-israel-facilite-entrada-de-ajuda-em-gaza.ghtml>

¹⁴ <https://g1.globo.com/mundo/noticia/2025/10/21/israel-corpo-de-refem-hamas.ghtml>

VÍDEO: Israel traça linha amarela que palestinos em Gaza não podem cruzar; violações serão respondidas 'com fogo' ¹⁵	G1	20/10/2025
Mesmo após bombardeios de Israel, Trump diz que cessar-fogo em Gaza continua em vigor ¹⁶	G1	19/10/2025
Israel volta a bombardear Gaza após acusar Hamas de romper cessar-fogo e atacar militares ¹⁷	G1	19/10/2025
'Pior do que começar do zero': por que reconstrução em Gaza é tão desafiadora ¹⁸	G1	18/10/2025
Israel diz que Hamas devolveu 10º refém morto em Gaza; ainda faltam 18 ¹⁹	G1	18/10/2025
Israel diz que Hamas entregou mais dois corpos de reféns à Cruz Vermelha neste sábado; ainda faltam 16 ²⁰	G1	18/10/2025

O corpus é formado por 20 matérias jornalísticas, sendo 10 da Agência Brasil e 10 do G1, todas diretamente relacionadas ao conflito em Gaza. O recorte temporal considera conteúdos publicados até 26 de outubro de 2025, tomando-se esse dia como limite máximo e coletando-se os textos do mais recente para o mais antigo até completar o número de matérias em cada veículo.

A escolha desse período se justifica por três motivos. Em primeiro lugar, trata-se de uma fase em que o conflito se encontra em estágio de relativa estabilização militar, com foco em temas como cessar-fogo, ajuda humanitária, trocas de reféns, reconstrução e responsabilização internacional, ampliando a diversidade de enquadramentos disponíveis. Em

¹⁵ <https://g1.globo.com/mundo/noticia/2025/10/20/video-israel-comeca-a-desenhar-linha-amarela-de-ocupacao-em-gaza-e-diz-que-respondera-violacoes-ao-espaco-com-fogo.ghtml>

¹⁶ <https://g1.globo.com/mundo/noticia/2025/10/19/bombardeios-israel-trump-cessar-fogo-gaza-continua-em-vigor.ghtml>

¹⁷ <https://g1.globo.com/mundo/noticia/2025/10/19/israel-volta-a-bombardear-gaza-apos-acusar-hamas-de-romper-cessar-fogo-e-atacar-militares.ghtml>

¹⁸ <https://g1.globo.com/mundo/noticia/2025/10/18/pior-do-que-comecar-do-zero-por-que-reconstrucao-em-gaza-e-tao-desafiadora.ghtml>

¹⁹ <https://g1.globo.com/mundo/noticia/2025/10/18/israel-diz-que-hamas-devolveu-10o-corpo-de-refem-ainda-restam-18.ghtml>

²⁰ <https://g1.globo.com/mundo/noticia/2025/10/18/israel-diz-que-hamas-entrou-mais-dois-corpos-de-refens-a-cruz-vermelha-neste-sabado-ainda-faltam-16.ghtml>

segundo lugar, o recorte assegura que o corpus contemple a etapa mais recente de cobertura disponível no momento da pesquisa. Em terceiro lugar, delimitar um marco temporal claro permite controlar o volume de textos, tornando o corpus viável para análise aprofundada e garantindo comparabilidade entre os veículos.

Adotaram-se ainda critérios temáticos e formais. Incluíram-se apenas matérias cujo tema central fosse o conflito armado envolvendo Israel, Hamas e o território de Gaza, excluindo textos em que o assunto surgisse apenas de modo tangencial. Como critério formal, exigiu-se a presença de pelo menos três fontes identificáveis em cada matéria, assegurando diversidade mínima de vozes para análise da estrutura de fontes.

A opção pelo uso do termo “Gaza” como palavra-chave decorre de sua predominância na designação territorial utilizada nos próprios textos jornalísticos.

3.4 Procedimentos de coleta: Agência Brasil

Na Agência Brasil, a seleção foi realizada pelo mecanismo interno de busca do site. Utilizaram-se as palavras-chave “israel” e “gaza”, combinadas com o operador booleano OR (israel OR gaza). Aplicaram-se os filtros: idioma “português”, data “até 26/10/2025” e ordenação por “Mais recente”.

A leitura de títulos, leads e textos integrais permitiu verificar a pertinência temática e selecionar as 10 matérias que atendiam aos critérios temporal, temático e formal.

3.5 Procedimentos de coleta: G1

No G1, o procedimento adaptou-se às funcionalidades do buscador, que não permite operadores booleanos. Realizaram-se duas buscas separadas, com os termos “Israel” e “Gaza”. Foram considerados apenas textos produzidos pelo próprio G1, excluindo conteúdos de telejornais.

Após a leitura de títulos, leads e textos completos quando necessário, selecionaram-se as 10 matérias que atendiam simultaneamente aos critérios de pertinência temática, recorte temporal e presença mínima de três fontes.

3.6 Unidade de análise e categorias

A unidade de contexto adotada é a matéria jornalística, tendo como critério de exclusão da amostra os conteúdos opinativos e textos com menos de três fontes, considerada em sua integralidade, incluindo título, subtítulo, corpo do texto e elementos adicionais como boxes e legendas quando pertinentes. Como unidade de registro, utiliza-se o trecho discursivo (período ou parágrafo) no qual se identificam elementos relevantes para os objetivos da pesquisa, como

designações de atores, adjetivações, construções verbais que atribuem agência aos atores sociais (Israel e Palestina), referências territoriais e uso de fontes.

O quadro de categorias foi construído a partir da literatura sobre análise de conteúdo e da leitura exploratória do corpus, contemplando:

- a) Representação dos atores centrais;
- b) Escolhas lexicais e adjetivações;
- c) Estrutura de fontes;
- d) Enquadramentos predominantes.

Essas categorias foram testadas em etapa preliminar, permitindo avaliar clareza conceitual, adequação ao objeto e consistência na codificação. Após o pré-teste, ajustes pontuais foram realizados e as categorias foram aplicadas ao corpus completo.

3.7 Tratamento e análise dos dados

Após a codificação, os dados foram sistematizados em quadros e tabelas comparativas, possibilitando identificar recorrências, contrastes e silenciamentos entre as categorias nos dois veículos. A análise interpretativa articulou os achados empíricos ao referencial teórico do jornalismo especializado, do jornalismo de guerra e do jornalismo de paz. Assim, buscou-se ir além da descrição de frequências e refletir sobre as implicações das escolhas discursivas na construção de sentidos sobre o conflito em Gaza no noticiário brasileiro.

4. APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Neste capítulo, são apresentados e discutidos os resultados da análise comparativa sobre a cobertura jornalística do conflito entre Israel e Palestina, veiculada pelos portais Agência Brasil e G1. O recorte temporal das publicações, delimitado até 26 de outubro de 2025, compreende um período de estabilização da narrativa de guerra, marcado por negociações diplomáticas, crises humanitárias e operações militares contínuas, contexto que exigiu do jornalismo brasileiro escolhas editoriais complexas para traduzir a realidade do Oriente Médio ao público nacional.

Com base no corpus de 20 matérias selecionadas, sendo 10 provenientes do jornalismo público (Agência Brasil) e 10 do jornalismo comercial (G1), este capítulo explora as estratégias discursivas e as rotinas produtivas que moldaram a representação do conflito. A análise detalha como cada veículo operou categorias fundamentais da construção da notícia, abordando desde a seleção lexical e a representação dos atores sociais até a estrutura de fontes, a autoria dos textos e os enquadramentos (*framing*) predominantes. Cada um desses elementos será dissecado para revelar não apenas o conteúdo manifesto, mas as estruturas de poder e as hierarquias de visibilidade implícitas na narrativa.

É importante ressaltar que a organização dos resultados não segue uma divisão por veículo, mas sim por categorias temáticas transversais. Essa opção metodológica visa facilitar o confronto direto entre as abordagens do setor público e do setor privado diante de um mesmo fato ou fenômeno. Ao invés de analisar os portais isoladamente, buscou-se identificar convergências que caracterizam a cobertura brasileira da guerra.

Dessa forma, a apresentação dos dados a seguir foi estruturada em oito tópicos analíticos sequenciais, desenhados para investigar a hipótese de que a natureza institucional do veículo (pública ou privada) influencia, mas não determina isoladamente, a qualidade e a independência da cobertura internacional. Na etapa a seguir, inicia-se a análise pela identificação de quem tem o direito de voz e ação na narrativa jornalística.

4.1 Representação dos atores sociais

A análise da categoria "Atores Sociais" constitui o ponto de partida para a compreensão do enquadramento jornalístico do conflito, uma vez que a escolha de quem tem o direito de falar, de agir e de ser nomeado na notícia define a legitimidade política dentro da narrativa. Seguindo os critérios estabelecidos na metodologia, procedeu-se ao inventário e classificação dos sujeitos mencionados nas coberturas da Agência Brasil e do portal G1. A análise não se

limita à contagem de frequência, mas observa a qualificação institucional e a agência atribuída a cada grupo.

4.1.1 Agência Brasil: a institucionalização do conflito e a voz da mídia israelense

A cobertura realizada pela Agência Brasil revela um padrão de representação dos atores sociais marcado pela forte institucionalização das fontes oficiais e por uma característica peculiar: a incorporação da mídia israelense como um ator social ativo na narrativa, e não apenas como fonte de informação.

Nos dados coletados, observa-se que o Estado de Israel não é apresentado como um bloco monolítico, mas sim dissecado em suas diversas instâncias de poder. As menções recorrentes a atores como "Governo israelense", "Executivo (Israel)", "Exército (Israel)" e "Forças de Defesa de Israel (IDF)" demonstram uma preocupação do texto jornalístico em dar nome e sobrenome à burocracia estatal. A figura do Primeiro-Ministro Benjamin Netanyahu centraliza a ação política, personificando as decisões de guerra, enquanto o Exército aparece como o braço operacional, dotado de verbos de ação direta.

Um achado relevante na amostra da Agência Brasil é a presença de familiares de reféns como atores nomeados e individualizados. A aparição de nomes civis específicos, como "Viki Cohen (mãe do refém Nimrod Cohen)" e "Guy Gilboa-Dalal (refém israelense liberto)", confere uma dimensão humana e subjetiva ao sofrimento israelense que é menos frequente na representação do "outro" palestino. Esses atores civis israelenses possuem agência narrativa: eles "falam", "pedem" e "pressionam" o seu próprio governo, sendo retratados como sujeitos políticos ativos dentro da sociedade civil.

Diferentemente do padrão habitual de citar agências internacionais (como Reuters ou AFP) apenas como crédito, a Agência Brasil eleva veículos de comunicação israelenses à categoria de atores sociais. Termos como "Jornal Ynet", "Canal 12" e "mídia israelense" aparecem no corpo do texto executando ações (divulgar, informar, repercutir).

Essa escolha editorial sugere que a cobertura da Agência Brasil, em diversos momentos, pauta-se pela agenda pública interna de Israel. Ao trazer o *Ynet* ou o *Canal 12* para o centro do texto, a notícia transporta o leitor brasileiro para o debate doméstico israelense, muitas vezes reproduzindo as tensões entre a sociedade daquele país e o gabinete de Netanyahu. Isso cria um efeito de proximidade com a perspectiva israelense, uma vez que a "mídia palestina" ou vozes jornalísticas locais de Gaza não aparecem com a mesma estatura de ator social na amostra analisada.

Do lado palestino, a identificação dos atores sociais na Agência Brasil apresenta uma

fragmentação distinta. O ator predominante é o "Hamás", invariavelmente associado à condição de grupo armado ou organização política que detém o controle da Faixa de Gaza. Contudo, a nuance reside na forma como as estruturas de governança em Gaza são retratadas.

Aparecem nos dados menções a "supostos policiais do Hamás" e "clãs locais". O uso do adjetivo "supostos" antes da designação de função (policiais) denota uma deslegitimação da autoridade administrativa local. Enquanto o exército de Israel é tratado como instituição de Estado ("Forças", "Exército"), a segurança interna de Gaza é tratada como uma milícia não oficial. Além disso, a referência a "clãs armados" e "famílias locais" sugere uma representação da sociedade palestina como tribal e desorganizada, em contraste com a complexa burocracia estatal israelense descrita anteriormente.

Os civis palestinos, embora presentes ("moradores", "palestinos"), figuram majoritariamente como objetos da ação militar ou humanitária, e raramente como sujeitos políticos propositivos. Diferente da mãe do refém israelense que tem nome e voz (Viki Cohen), o civil palestino tende a aparecer no coletivo anônimo, definido pela sua vulnerabilidade e não pela sua biografia.

4.1.2. G1: a geopolítica global e a hegemonia norte-americana

Ao voltarmos a análise para o portal G1, os dados revelam uma configuração de atores sociais que expande as fronteiras geográficas do conflito. A narrativa construída pelo veículo desloca, em grande parte, o protagonismo das areias de Gaza para os gabinetes diplomáticos de Washington, evidenciando um enquadramento geopolítico ocidentalizado.

A característica mais marcante na amostra do G1 é a proeminência de atores políticos dos Estados Unidos atuando diretamente sobre o desenrolar dos fatos. Nomes como "Donald Trump", "Marco Rubio (secretário de Estado dos EUA)" e "General Dan Caine" não surgem apenas como observadores distantes, mas como atores que determinam os rumos da guerra.

Mesmo após bombardeios de Israel, Trump diz que cessar-fogo em Gaza continua em vigor

"Sim, está", disse Trump a repórteres, quando questionado. O exército de Israel voltou a bombardear o território palestino neste domingo (19) em retaliação a um ataque do Hamas a militares israelenses.

Por France Presse
19/10/2025, 22h01 - Atualizado há um mês

[Ver resumo](#)

Presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, assina junto com outros líderes mundiais acordo de cessar-fogo em Gaza durante cúpula no Egito em 13 de outubro de 2025. — Foto: REUTERS/Suzanne Plunkett/Pool

Fonte: Reprodução G1.

A menção específica a cargos militares e diplomáticos norte-americanos (como o General Dan Caine) insere uma camada de autoridade externa na narrativa. O conflito é mediado pela superpotência: são os atores americanos que "avaliam", "pressionam" ou "propõem planos". A presença do termo "governo Trump" e de seus secretários indica que o G1 enquadra a guerra em Gaza como um capítulo da política externa dos EUA. Isso retira, parcialmente, a autonomia dos atores locais; Israel e Hamas tornam-se peças em um tabuleiro cujos jogadores principais (os *players* globais) estão no Ocidente.

No que tange à representação militar, o G1 utiliza terminologias que refletem uma visão técnica e operacional do conflito. Atores como "Forças israelenses" são frequentemente associados a ações de mapeamento e controle, como ilustrado pela menção à "Linha amarela" (zona de atuação militar).

Neste contexto, "moradores de Gaza" aparecem nos dados reagindo a essas delimitações geográficas impostas. A relação estabelecida entre os atores é de *controlador* versus *controlado*. O ator militar israelense traça as linhas; o ator civil palestino tenta navegar

por elas. Essa dinâmica reforça a assimetria de poder, onde a agência do palestino é reduzida à sobrevivência e ao deslocamento forçado, enquanto a agência israelense é estratégica e territorial.

Outro grupo de atores relevante na cobertura do G1 são os representantes de organismos multilaterais. As citações a "Jens Laerke (porta-voz do Escritório da ONU)", "Christian Cardon (porta-voz do CICV)" e à própria "Cruz Vermelha (CICV)" demonstram uma preocupação em validar as informações sobre a crise humanitária através de fontes oficiais internacionais.

Diferente da Agência Brasil, que utilizou a mídia israelense como ator validador, o G1 recorre à burocracia internacional (ONU, CICV) para compor o cenário de devastação. Esses atores funcionam como árbitros morais na narrativa, fornecendo os dados sobre fome, doenças e reféns. Contudo, sua atuação é representada como limitada: eles "alertam" e "pedem", mas raramente conseguem alterar o curso das ações dos atores militares (Israel e Hamas).

4.1.3. Análise comparativa: assimetrias e divergências de enquadramento

A comparação entre as coberturas da Agência Brasil e do G1 permite identificar convergências estruturais na forma como o jornalismo brasileiro representa o conflito, bem como divergências pontuais que revelam diferentes culturas editoriais e dependências de fontes.

Ambos os veículos convergem na reprodução de uma assimetria fundamental: a representação de um Estado constituído (Israel) contra uma insurgência armada (Hamas). Não foi identificada, em nenhuma das amostras, uma presença significativa da Autoridade Nacional Palestina (ANP) ou de lideranças palestinas diplomáticas seculares (como a Fatah) com a mesma frequência e peso atribuídos ao governo israelense.

Isso acarreta uma consequência interpretativa para o leitor: o lado israelense é visto como plural (tem governo, tem exército, tem oposição, tem judiciário, tem imprensa), enquanto o lado palestino é achatado na dualidade "terrorista/vítima". O Hamas monopoliza a representação política de Gaza nas notícias, o que acaba, paradoxalmente, por reforçar a narrativa de que não há interlocutor moderado do lado palestino.

A principal divergência reside na "geografia dos atores". A Agência Brasil, ao incorporar o *Ynet* e o *Canal 12*, adota uma perspectiva que poderíamos chamar de "internalizada", trazendo para o leitor brasileiro as nuances da política doméstica de Israel. Há um esforço em mostrar como a sociedade israelense discute a guerra, inclusive através das vozes dos familiares de reféns.

Por outro lado, o G1 adota uma perspectiva "imperial" ou globalista, onde a legitimidade da narrativa passa pelo crivo de Washington. A presença maciça de atores do governo dos EUA (Trump, Rubio) sugere que o G1 prioriza a dimensão geopolítica e as consequências do conflito para a ordem mundial, em detrimento das dinâmicas locais cotidianas que a Agência Brasil, por vezes, consegue captar.

Comparando os dois *corpora*, nota-se um silenciamento compartilhado. Enquanto a sociedade civil israelense aparece organizada (em protestos, em associações de famílias de reféns, na imprensa livre), a sociedade civil palestina aparece desarticulada. Não figuram, com relevância estatística, sindicatos palestinos, associações de médicos locais (geralmente citados apenas como "fontes médicas" anônimas) ou grupos de ativistas pela paz em Gaza.

Na Agência Brasil, eles são "clãs" ou "moradores"; no G1, são estatísticas de deslocamento ou vítimas de bombardeio. A ausência de atores sociais palestinos dotados de nome, sobrenome e biografia (como ocorre com os israelenses e americanos) é o dado mais eloquente dessa análise, revelando uma desumanização sutil que ocorre não pelo adjetivo negativo, mas pela ausência de individuação. O palestino, na soma das duas coberturas, é um ator coletivo passivo, enquanto Israel e EUA são atores individuais ativos.

4.2. A Construção lexical da realidade: análise da linguagem e adjetivação

A linguagem jornalística, longe de ser um espelho neutro da realidade, opera como uma ferramenta de construção de sentido que seleciona, nomeia e qualifica os eventos e seus atores. Nesta etapa da análise de conteúdo, investigou-se o léxico empregado pela Agência Brasil e pelo portal G1, focando nos adjetivos e substantivos associados a cada um dos lados do conflito. A escolha das palavras (o que Bardin classificaria como unidades de registro) revela não apenas o estilo editorial, mas o posicionamento ideológico implícito e as estruturas de legitimação ou deslegitimação da violência.

4.2.1. Agência Brasil: a semântica da institucionalidade e a incerteza do "outro"

A análise do *corpus* da Agência Brasil denota uma busca por uma linguagem que reflete a diplomacia estatal brasileira, caracterizada pela cautela nominal, mas que acaba por reproduzir hierarquias de poder através de qualificadores de dúvida e certeza.

Um dos achados mais significativos na análise lexical da Agência Brasil é o uso de adjetivos que atribuem incerteza às estruturas palestinas. O termo "supostos" aparece qualificando funções de autoridade em Gaza, como na expressão "supostos policiais do Hamas".

Semanticamente, o adjetivo "suposto" retira a legitimidade do substantivo que o sucede. Ao não qualificar os agentes de segurança de Gaza simplesmente como "policiais" ou "agentes", o texto insere uma camada de suspeição sobre a função administrativa local. Em contrapartida, os agentes israelenses são invariavelmente substantivados com termos de certeza institucional: "soldados", "militares" ou "forças". Não se encontram expressões como "supostos soldados israelenses". Essa disparidade lexical constrói uma realidade onde a autoridade israelense é um fato, enquanto a autoridade palestina é uma pretensão questionável.

Diferente de grande parte da mídia comercial, a Agência Brasil tende a utilizar o substantivo "movimento" ou a locução "grupo armado" para se referir ao Hamas, evitando, em diversos trechos, a adjetivação direta de "terrorista" como classificação própria do veículo. Essa escolha alinha-se à tradição diplomática do Itamaraty, que reserva a classificação de terrorismo para grupos designados pela ONU.

No entanto, o texto não está imune à linguagem carregada. Ao descrever o cenário em Gaza, substantivos como "enclave" e "território devastado" são frequentes. O termo "enclave" carrega uma semântica de isolamento e fechamento, definindo Gaza não como uma unidade política autônoma, mas como um apêndice territorial cercado. Já o uso de "devastado" (particípio adjetivado) foca no resultado da ação, muitas vezes ocultando o agente na construção frasal. O território aparece como "devastado", uma condição estática, o que suaviza a percepção da ação contínua de devastação por um agente externo.

Nos dados analisados, a linguagem associada às ações de Israel frequentemente utiliza substantivos que denotam reação ou restauração da ordem. Termos como "resposta", "retomada" (de ajuda humanitária) e "autoriza" posicionam Israel como o sujeito que detém o controle do fluxo dos acontecimentos.

O uso do verbo/substantivo "autoriza" é particularmente revelador. Quem "autoriza" possui a posse e o poder legítimo. Ao noticiar que "Israel autoriza a retomada de ajuda", a linguagem valida o poder de veto de Israel sobre a sobrevivência em Gaza, naturalizando o bloqueio como uma prerrogativa administrativa, e não como uma tática de guerra. A linguagem técnica e burocrática ("aplicar o acordo", "violar o cessar-fogo") serve para racionalizar o conflito, afastando o leitor da realidade visceral da violência física.

4.2.2. G1: o léxico da guerra ao terror e a eufemização técnica

A análise da linguagem no portal G1 revela uma adesão mais explícita ao vocabulário da "Guerra ao Terror" (War on Terror) propagado pelas agências de notícias do Norte Global. O léxico empregado caracteriza-se por uma dicotomia moral clara (terroristas versus estado) e

pelo uso de eufemismos técnicos e operacionais para descrever ações militares.

No G1, a qualificação do Hamas rompe com a cautela observada na Agência Brasil. O uso da locução "grupo terrorista" é direto e frequente, assumindo a classificação como fato jornalístico e não apenas como citação de fontes. Adjetivos como "radicais" também compõem o campo semântico atribuído aos palestinos engajados no conflito.

Essa escolha lexical tem um efeito imediato de enquadramento: atos de um "grupo terrorista" são, por definição, ilegítimos e irracionais. Isso cria um contraste com os atos de Israel, que, mesmo quando violentos, são descritos com substantivos de ordem militar e estatal ("operação", "ofensiva"). A palavra "terrorista" funciona como um estigma totalizante que despolitiza as motivações do grupo, reduzindo o conflito a uma luta entre a civilização (Estado) e a barbárie (terror).

Um aspecto singular e sofisticado da linguagem no G1 é a apropriação de termos técnicos, quase urbanísticos, para descrever o campo de batalha. As menções a "linha amarela", "zona verde" e "áreas de atuação militar" demonstram uma *sanitização* da linguagem.

Ao reproduzir termos como "linha amarela" (para delimitar onde civis podem ou não estar), o texto jornalístico adota a perspectiva do planejador militar. Essas expressões geométricas e coloridas abstraem a violência. Uma "zona de morte" torna-se uma "linha de atuação"; a expulsão de civis torna-se um "deslocamento para zona segura".

Além disso, verbos e substantivos como "desmilitarizar" e "eliminar" (o terrorismo) são apresentados como objetivos cirúrgicos. A frase "Quanto mais se desmilitarizar [...] mais ela se parecerá com uma zona verde" introduz uma lógica de engenharia social, onde a violência é um instrumento de limpeza e organização do espaço, encobrindo o caos humanitário sob um verniz de racionalidade técnica.

A escolha dos verbos *dicendi* (verbos de dizer) e de atribuição de responsabilidade no G1 também revela um viés. Frequentemente, autoridades israelenses "afirmam" ou "avisam" (verbos que denotam autoridade e factualidade), enquanto o Hamas e fontes palestinas "alegam" ou são acusados de que "descumpriram".

O termo "descumprir" pressupõe uma obrigação legal ou moral prévia que foi violada. A repetição da ideia de que o "Hamas descumpriu o acordo" ou "não entregou os corpos" constrói a imagem da perfídia, enquanto as ações de bloqueio de Israel são apresentadas como consequências lógicas desse descumprimento ("devido à demora... Israel avisou que decidiu limitar"). A estrutura causal da frase legitima a punição coletiva através da sintaxe.

4.2.3. Análise comparativa: assimetrias semânticas e disputas de narrativa

Comparando os dois veículos, percebe-se que ambos operam dentro de um regime de verdade que privilegia a perspectiva estatal israelense, embora utilizem estratégias lexicais distintas.

A Agência Brasil inclina-se para um eufemismo burocrático. Sua linguagem é repleta de termos diplomáticos e institucionais ("governo", "autoriza", "retomada"), tentando manter uma aparência de neutralidade fria que, na prática, higieniza a brutalidade do conflito. O foco está na formalidade das ações.

O G1, por sua vez, adota um eufemismo técnico-militar. Sua linguagem incorpora o jargão da inteligência e da estratégia ("linha amarela", "zona verde", "alvos"). Enquanto a Agência Brasil fala a língua da ONU e dos Ministérios, o G1 fala a língua do Pentágono e das IDF (Forças de Defesa de Israel). Ambos os estilos, contudo, distanciam o leitor do sofrimento físico dos corpos palestinos, que são transformados ora em números de "devastação", ora em obstáculos em uma "zona de operação".

A maior divergência lexical reside na adjetivação do Hamas. A Agência Brasil, ao insistir em "movimento" ou "grupo armado" (na maioria das vezes), tenta preservar uma distinção entre combatente político e terrorista, permitindo, em tese, uma compreensão mais complexa do ator. O G1, ao adotar "terrorista" e "radical", fecha essa porta interpretativa, alinhando-se automaticamente à narrativa ocidental hegemônica de combate ao mal absoluto.

Essa diferença não é meramente estilística; ela altera a compreensão da natureza do conflito. Para o leitor da Agência Brasil, trata-se de uma guerra territorial e política complexa. Para o leitor do G1, trata-se de uma operação de polícia global contra criminosos.

Em ambos os *corpora*, a linguagem utilizada para descrever os civis palestinos é marcada pela passividade gramatical. Eles são "os mortos", "os deslocados", os que "aguardam ajuda", os que estão em "território devastado". Raramente são sujeitos de verbos de ação política ou de resistência civil.

Adjetivos como "desesperados", "famintos" ou substantivos como "crise humanitária" (presentes em ambos) evocam piedade, mas não direitos políticos. A linguagem constrói o palestino como um objeto de caridade (que precisa de "ajuda humanitária") ou como um objeto de controle (que precisa respeitar a "linha amarela"), mas nunca como um sujeito de direito pleno. A adjetivação positiva ("protetivo", "defensivo") é escassa para ambos os lados, mas a adjetivação técnica ("operacional", "estratégico") é monopólio de Israel, enquanto a adjetivação de sofrimento ("sangrento", "caótico") é reservada ao cenário palestino.

4.3. A gramática da ação: verbos de representação e agência política

A análise dos verbos em um *corpus* jornalístico transcende a mera catalogação gramatical; ela revela a estrutura de causalidade e responsabilidade atribuída aos atores sociais. Seguindo a metodologia proposta, este capítulo examina os predicados associados a Israel e à Palestina (Hamás/Civis) nas coberturas da Agência Brasil e do G1. O objetivo é compreender como a escolha verbal constrói a dinâmica de *quem age sobre quem*, estabelecendo hierarquias de poder, legitimidade e culpa através da sintaxe da notícia.

4.3.1. Agência Brasil: a ação administrativa e a dialética do bloqueio

Na cobertura da Agência Brasil, os verbos atribuídos ao Estado de Israel e suas instituições configuram uma narrativa de administração da força. Diferente de uma representação puramente bélica, os dados revelam um predomínio de verbos que denotam controle, permissão e vedação, posicionando Israel não apenas como um combatente, mas como o ente regulador da vida e da morte em Gaza.

Uma das ocorrências mais significativas na amostra da Agência Brasil é o uso do verbo "autorizar" associado ao governo israelense, especialmente em contextos de ajuda humanitária ("Israel autoriza retomada de ajuda"). Semanticamente, quem *autoriza* detém a posse e a soberania legítima sobre o objeto da ação.

Ao utilizar esse verbo, a narrativa naturaliza a capacidade de Israel de abrir ou fechar o fluxo de recursos vitais para o enclave. Não se trata de um verbo de combate, mas de um verbo burocrático. Da mesma forma, o verbo "manter", na construção "Israel manteve um bloqueio", sugere uma ação de continuidade e estabilidade, em contraste com verbos de ruptura. Essa escolha lexical enquadra o cerco a Gaza como uma medida administrativa de Estado, e não necessariamente como uma agressão ativa contínua, suavizando o impacto humanitário da ação de privação.

Quando a cobertura migra para o campo militar, a Agência Brasil frequentemente utiliza verbos que indicam reação. A construção "[Exército] lançou, em resposta, uma série de ataques" estabelece uma cadeia causal clara: a ação israelense é secundária no tempo, ocorrendo apenas como consequência de uma ação anterior do Hamás.

O verbo "responder" (e suas variações "em resposta") é fundamental para a legitimação moral da violência estatal. Ele retira do ator "Israel" a iniciativa da agressão, transferindo-a para o "outro". Mesmo quando o verbo é de alta intensidade bélica, como "bombardear" ou "atacar", ele frequentemente aparece subordinado a uma oração causal explicativa. Assim, a

gramática do texto constrói Israel como um ator *reativo e defensivo*, cujas ações violentas são reflexos inevitáveis das provocações sofridas.

A análise também aponta uma forte presença de verbos de acusação jurídica. O Exército ou o governo "acusam" o Hamas de "violar". O uso de "acusou" e "violou" insere o conflito em uma moldura quase contratual.

O Hamas é o sujeito de verbos de infração ("violar cessar-fogo", "não devolver corpos"), enquanto Israel é o sujeito de verbos de denúncia e punição. Essa estrutura verbal reforça a dicotomia observada nos capítulos anteriores: Israel atua como o promotor e juiz que identifica a quebra da regra (o verbo "violar") e aplica a sentença (o verbo "bombardear" ou "limitar ajuda"). A Agência Brasil, ao reproduzir essa estrutura, valida a lógica de que a violência em curso é uma medida punitiva contra uma infração contratual cometida pelo grupo palestino.

4.3.2. G1: a operacionalização técnica e a dúvida sobre o "outro"

No portal G1, os verbos de representação assumem um caráter marcadamente técnico-operacional quando referidos a Israel e aos EUA, e um caráter de instabilidade ou dúvida quando referidos ao Hamas. A análise revela como a escolha dos verbos *dicendi* (verbos de dizer) opera como um mecanismo sutil de hierarquização da verdade.

A cobertura do G1 destaca-se pelo uso de verbos que denotam planejamento espacial e engenharia militar. Ações como "traçar" (linha amarela), "delimitar" (área de atuação) e "escanear" (o território) são atribuídas às forças israelenses e norte-americanas.

Esses verbos constroem a imagem de uma guerra cirúrgica e racional. Quem "traça" uma linha está organizando o caos. A ação de Israel sobre Gaza é descrita através de verbos de ordenamento do espaço. Em contrapartida, os verbos de movimento associados aos palestinos são de reação desordenada: eles "fogem", "deslocam-se" ou "aguardam". A relação transitiva é clara: o sujeito Israel age sobre o território (objeto), modificando sua geografia, enquanto o sujeito Palestino sofre a ação dessa modificação geográfica.

A análise dos verbos de elocução no G1 revela uma assimetria epistêmica (relativa ao conhecimento e à verdade). Autoridades israelenses e norte-americanas frequentemente são sujeitos de verbos assertivos como "diz", "afirma", "anuncia" ou "avisa". Tais verbos pressupõem que a declaração é um fato noticioso em si.

Por outro lado, o Hamas e fontes palestinas são frequentemente acompanhados pelo verbo "alega" ou "acusa". O verbo "alegar" carrega, na língua portuguesa e na prática jornalística, uma carga semântica de dúvida; sugere que a informação carece de prova ou é uma

tentativa de justificativa sem fundamento. Exemplos como "Hamás *alegando* não saber onde estão os restos mortais" contrastam com "Israel *avisou* à ONU". Enquanto o aviso de Israel é tratado como um comunicado oficial de uma decisão administrativa, a justificativa do Hamás é tratada como uma escusa suspeita. Essa disparidade verbal orienta o leitor a confiar na versão estatal e a desconfiar da versão insurgente.

No G1, o Hamás é frequentemente sujeito de verbos que indicam falha, recusa ou ação negativa. O grupo "descumpru" (o acordo), "dificultou" (a entrega), "não entregou" (os reféns). A repetição de verbos de negação ou de ação incompleta constrói o perfil do grupo não apenas como violento, mas como não confiável e ineficiente no cumprimento de acordos.

4.3.3. Análise comparativa: a agência da violência e a passividade do sofrimento

Ao compararmos os verbos de representação na Agência Brasil e no G1, emergem padrões que transcendem as diferenças editoriais e apontam para uma *doxa* jornalística brasileira na cobertura deste conflito.

Em ambos os veículos, os verbos de ação militar pesada ("bombardear", "lançar mísseis", "invadir/entrar") têm, em sua esmagadora maioria, Israel como sujeito ativo e o território/povo palestino como objeto direto ou indireto. Raramente a sintaxe é invertida de forma a colocar o palestino como sujeito de uma ação que afeta a infraestrutura israelense (com exceção das referências ao 7 de outubro, que são tratadas como evento passado, ou disparos de foguetes esporádicos).

Essa constância gramatical sedimenta a percepção de que a guerra é um monólogo de força: Israel age, a Palestina sofre. Não há uma troca de verbos de ação equivalentes que denote um combate entre duas forças; há uma aplicação de força (verbos de Israel) sobre uma massa que "morre", "sofre" ou "é deslocada" (verbos passivos ou intransitivos associados aos palestinos).

A comparação destaca uma diferença na representação da diplomacia. No G1, os verbos associados aos EUA ("propõe", "pressiona", "avalia") denotam uma agência decisória superior. Os verbos americanos *movem* os verbos israelenses. Na Agência Brasil, essa cadeia de comando verbal é menos explícita, com Israel mantendo maior autonomia nos seus verbos de decisão ("decidiu", "autorizou"). Isso sugere que o G1 constrói uma hierarquia verbal global (EUA > Israel > Hamás), enquanto a Agência Brasil foca na hierarquia regional (Israel > Hamás).

Uma lacuna compartilhada por ambos os *corpora* é a ausência de verbos de ação política construtiva para os civis palestinos. Eles não "organizam", "debatem", "propõem" ou

"negociam". Seus verbos são biológicos ("morrer", "passar fome") ou de movimento forçado ("fugir").

A ausência de verbos de agência política para os palestinos (além da violência do Hamas) colabora para a desumanização política desse grupo. Eles são representados gramaticalmente como corpos que sofrem a ação de verbos alheios, destituídos de vontade ou capacidade de influenciar o curso da história através de verbos de fala ou de ação cívica. A análise dos verbos confirma, portanto, que a cobertura jornalística retira do palestino comum a condição de sujeito da oração, relegando-o à posição de objeto do predicado militar israelense.

4.4. A arquitetura da credibilidade: análise das fontes de informação

A seleção das fontes jornalísticas constitui um dos mecanismos mais poderosos de agendamento e enquadramento da realidade. É através das vozes convocadas a falar que o jornalista valida a veracidade dos fatos narrados. Nesta etapa da análise, examinou-se o conjunto de fontes utilizadas pela Agência Brasil e pelo portal G1, investigando a origem da informação e as hierarquias de poder estabelecidas entre fontes oficiais (estatais/militares), fontes institucionais (organismos internacionais) e fontes civis. A análise busca compreender como a dependência de determinados emissores molda a perspectiva do conflito entregue ao público brasileiro.

4.4.1. Agência Brasil: o oficialismo e a voz da imprensa israelense

A análise do *corpus* da Agência Brasil revela uma estrutura de fontes fortemente alicerçada no oficialismo estatal e, de forma peculiar, na reverberação da imprensa local israelense. A cobertura demonstra uma tendência a privilegiar emissores que detêm autoridade institucional, conferindo à narrativa um tom de formalidade diplomática.

Os dados apontam para uma dependência significativa de fontes ligadas ao aparelho estatal de Israel. Citações atribuídas ao "Governo israelense", "Executivo (Israel)" e, sobretudo, ao "Exército (Israel)" são frequentes e estruturantes. A informação sobre o campo de batalha — bombardeios, bloqueios, cessar-fogo — emana, primordialmente, dos comunicados oficiais dessas instituições.

Ao utilizar o Exército de Israel como fonte primária para descrever as operações militares, o texto jornalístico tende a adotar a terminologia e a justificativa da própria força combatente. Quando a fonte diz que "o ataque visou infraestrutura do Hamas", o jornalismo reproduz essa causalidade. A ausência de fontes oficiais palestinas com peso equivalente (como ministérios da Autoridade Palestina) cria um desequilíbrio: a versão israelense entra como dado

oficial, enquanto a versão palestina entra como contraponto ou reação.

Um aspecto distintivo encontrado na Agência Brasil é a utilização de veículos de comunicação israelenses como fontes diretas de informação. O "Jornal Ynet" e o "Canal 12" não aparecem apenas como referências laterais, mas como origens da notícia.

Isso indica que a Agência Brasil, em diversos momentos, pauta sua cobertura pela agenda da mídia doméstica de Israel. Ao citar o *Ynet*, o texto importa para o Brasil o debate público israelense, suas ansiedades e suas prioridades. Isso confere uma capilaridade maior à visão de Israel, pois não se ouve apenas o governo, mas também a sociedade civil israelense filtrada por sua imprensa. Não foi identificada, na mesma proporção, a utilização de jornais ou canais de TV palestinos (como a *Al-Aqsa TV* ou agências locais de Gaza) como fontes de autoridade equivalente, o que reforça a assimetria na construção da realidade.

No que tange às fontes civis, a amostra revela a presença de familiares de reféns israelenses, como "Viki Cohen". A citação nominal e direta dessas fontes confere uma carga emocional e subjetiva à narrativa, permitindo que o sofrimento israelense seja verbalizado na primeira pessoa.

Em contrapartida, as fontes civis palestinas aparecem frequentemente diluídas em coletivos ou mediadas por terceiros. Embora haja menções a "moradores", a voz do civil palestino muitas vezes chega ao leitor através de um intermediário: é a "Autoridade de Saúde" que fala sobre os mortos, ou a "ONU" que fala sobre a fome. A falta de depoimentos diretos de civis palestinos com nome e sobrenome, na mesma frequência dos israelenses, sugere uma hierarquia onde o sofrimento palestino é estatístico (validado por burocratas), enquanto o sofrimento israelense é biográfico (validado por testemunhos pessoais).

4.4.2. G1: a internacionalização da fonte e o filtro do norte global

A análise das fontes no portal G1 demonstra uma clara orientação para o sistema internacional de notícias dominado pelo Norte Global. A credibilidade é construída através da citação de grandes agências de notícias (Reuters, AP, AFP) e de autoridades governamentais dos Estados Unidos, deslocando o eixo de validação da informação para fora do Oriente Médio.

Uma parte substancial do conteúdo analisado no G1 tem como origem agências como "Reuters", "France Presse" (AFP) e "Associated Press" (AP). O uso dessas agências não é apenas um recurso logístico; é uma escolha epistêmica. Essas agências, sediadas em Londres, Paris e Nova York, possuem manuais de redação e políticas de linguagem próprias que tendem a alinhar-se com a visão geopolítica ocidental.

Quando o G1 reproduz um despacho da Reuters citando "médicos que atuam no território", a informação já passou por um filtro editorial prévio. A dependência dessas agências padroniza a cobertura, importando enquadramentos que, por vezes, são alheios à realidade brasileira ou latino-americana. A fonte "Agência" funciona como um selo de qualidade técnica, mas também como um redutor de diversidade de perspectivas, homogeneizando a narrativa global do conflito.

Diferente da Agência Brasil, que foca mais nos atores locais (Israel), o G1 confere grande autoridade a fontes do governo dos Estados Unidos. "Marco Rubio (secretário de Estado)", "General Dan Caine" e "oficiais dos EUA" são fontes frequentes.

A presença dessas fontes insere a voz da superpotência dentro da notícia como a voz da razão e da estratégia. O que o General americano "avalia" ou o que o Secretário de Estado "diz" ganha status de verdade geopolítica. Isso sugere que, para o G1, a compreensão do conflito passa necessariamente pelo crivo de Washington. A fonte americana atua como um árbitro externo, cuja palavra tem peso decisivo na validação dos fatos, muitas vezes suplantando as vozes locais dos envolvidos diretos.

O G1 recorre intensamente a porta-vozes de organismos internacionais para descrever a situação em Gaza. "Jens Laerke (porta-voz da ONU)" e "Christian Cardon (porta-voz do CICV)" são citados para validar a existência da crise humanitária.

Essas fontes desempenham um papel técnico: elas certificam a fome, a doença e a morte. Ao utilizar porta-vozes oficiais (e não apenas "a ONU"), o texto busca precisão e credibilidade. No entanto, essas fontes são geralmente restritas ao escopo humanitário. Elas são convocadas a falar sobre as *consequências* da guerra (fome, feridos), mas raramente são as fontes principais para explicar as *causas* políticas ou as estratégias militares, espaço este reservado às fontes estatais de Israel e dos EUA.

4.4.3. Análise comparativa: quem tem o direito de falar?

A comparação entre os conjuntos de fontes da Agência Brasil e do G1 revela convergências na dependência de vozes oficiais e divergências na geografia da autoridade.

Em ambos os veículos, a informação sobre a dinâmica bélica (quem bombardeou onde, por que e quando) é monopólio das fontes militares israelenses ("Forças de Defesa", "Exército"). Não há, nas amostras, uma contraparte de fontes militares do Hamas ou de outros grupos palestinos sendo citadas com a mesma regularidade para explicar suas táticas ou justificar seus ataques.

Isso cria uma narrativa unidirecional onde a guerra é explicada por apenas um dos lados. A versão israelense é a "versão oficial", enquanto a versão do outro lado, quando aparece, é tratada como "alegação". A estrutura das fontes, portanto, impede o contraditório pleno, naturalizando a perspectiva do exército mais forte como a verdade dos fatos.

A distinção fundamental entre os veículos reside na origem geográfica das fontes complementares. A Agência Brasil apresenta um caráter mais "localista" em relação a Israel, utilizando a imprensa de Tel Aviv (*Ynet*, *Canal 12*) para enriquecer a cobertura. Isso demonstra um esforço de reportar o que está sendo dito *lá*, no centro dos acontecimentos políticos israelenses. O G1 apresenta um caráter "globalista", filtrando o conflito através das fontes de Washington e das agências de Londres e Paris. A voz que chega ao leitor do G1 é mais internacionalizada, inserindo o conflito na lógica das relações internacionais do Ocidente.

A análise comparativa evidencia uma lacuna compartilhada: a escassez de fontes palestinas independentes, intelectuais, acadêmicas ou da sociedade civil organizada. As fontes palestinas se resumem, basicamente, a dois grupos: o Hamas (desacreditado como fonte confiável, sempre "alegando") e as vítimas anônimas (validadas pela dor, mas sem autoridade política).

Não ouvimos reitores de universidades de Gaza, líderes sindicais ou jornalistas palestinos independentes como fontes de análise. Esse silenciamento estrutural nas fontes resulta em uma representação do palestino como um sujeito sem *logos* (razão/discurso político), dotado apenas de *pathos* (sofrimento), enquanto as fontes israelenses e americanas detêm o monopólio da análise racional e estratégica do conflito.

4.5 A autoria e a soberania narrativa: quem escreve a guerra?

A análise da autoria nos textos jornalísticos sobre o conflito Israel-Palestina revela a estrutura de produção da notícia e a localização geográfica do olhar que descreve os fatos. Diferente da análise de fontes, que investiga a origem da informação bruta, a categoria de autoria investiga a origem da *narrativa textual*. Quem organiza os dados, escolhe os adjetivos e encadeia os parágrafos? A investigação dos dados da Agência Brasil e do G1 aponta para um cenário de "terceirização" da cobertura, onde a autoria genuinamente nacional cede espaço para a reprodução de despachos de agências internacionais e para a construção coletiva e anônima das redações.

4.5.1 Agência Brasil: a transparência da dependência externa

A Agência Brasil, como empresa pública de comunicação (EBC), carrega em sua missão o dever de oferecer uma visão brasileira dos fatos. No entanto, a análise do *corpus* sobre o conflito em Gaza revela que a autoria dos textos é, majoritariamente, externa. A prática editorial observada não é a do envio de correspondentes próprios para a zona de conflito, mas a da reprodução licenciada de material de grandes conglomerados de mídia globais.

Um dado revelador encontrado nas planilhas de coleta é a manutenção explícita dos créditos de autoria originais das agências internacionais. Nomes como "Alexander Cornwell", "Nidal al-Mughrabi" e "Andrew Mills", seguidos da insígnia "- Reuters", aparecem assinando matérias publicadas no portal da Agência Brasil.

Essa preservação da assinatura estrangeira é duplamente significativa. Primeiro, denota uma transparência editorial: o veículo assume que aquele conteúdo não foi produzido por seus quadros. Segundo, e mais criticamente, evidencia que a narrativa consumida no portal estatal brasileiro foi pensada, estruturada e escrita originalmente em inglês, para uma audiência global, seguindo os manuais de redação de Londres ou Nova York.

A presença de autores como "Nidal al-Mughrabi" (jornalista palestino que escreve para a Reuters) sugere uma complexidade interessante: há um olhar local (palestino), mas ele é formatado pelas regras do jornalismo industrial ocidental (Reuters) antes de ser traduzido para o público brasileiro. A autoria, portanto, é híbrida: a mão que escreve pode estar em Gaza ou Jerusalém, mas a "cabeça" que edita e sanciona o texto está no Norte Global. Para a Agência Brasil, resta o papel de replicadora, o que limita a possibilidade de construir uma interpretação autônoma e alinhada aos interesses diplomáticos ou sociais do Brasil.

Além das matérias assinadas por estrangeiros, uma parcela significativa do conteúdo analisado na Agência Brasil enquadra-se na categoria "Texto sem autoria definida" ou assinado institucionalmente como "Da Agência Brasil".

Nesses casos, observa-se frequentemente a técnica de compilação (ou *bricolagem*): o jornalista da redação em Brasília reúne despachos de várias agências (Reuters, AFP, EFE), traduz trechos, e monta um texto coeso. Embora a autoria final seja institucional, a "matéria-prima" textual continua sendo importada. Isso resulta em um texto que mimetiza o estilo frio e pretensamente neutro das agências de notícias. Não há a marca de um autor-cronista brasileiro que analise, opine ou traga cor local através de uma perspectiva sul-americana. A voz institucional da Agência Brasil, neste conflito, soa como um eco das agências internacionais, sem uma entonação própria que a diferencie.

4.5.2 G1: a autoria coletiva e a curadoria de conteúdo

No portal G1, a dinâmica de autoria reflete a lógica do jornalismo digital comercial de alta velocidade: a curadoria de conteúdo em tempo real. A figura do "autor" individual dissolve-se em favor da marca "G1" ou da assinatura genérica de agências, criando um produto noticioso fluido e constantemente atualizado.

A categoria de autoria mais frequente no G1 é a "Redação G1" ou "Por g1". Essa assinatura coletiva mascara o processo de produção individual e sugere um consenso editorial. Na prática, textos assinados pela "Redação" são, na maioria das vezes, reescritos de despachos de agências internacionais (Reuters, Associated Press, France Presse) ou traduções de matérias de parceiros globais (como a CNN ou BBC).

Diferente da Agência Brasil, que por vezes mantém o crédito do repórter da Reuters (Alexander Cornwell), o G1 tende a absorver o conteúdo e assiná-lo institucionalmente. Isso cria uma ilusão de produção própria. O leitor tem a impressão de que o G1 está "cobrindo" a guerra, quando, na verdade, está "editando" a cobertura alheia. Essa estratégia de autoria reforça a autoridade da marca G1, mas dilui a responsabilidade individual do jornalista. Se houver um erro de viés ou de fato, o erro é da "Redação" ou da "Agência", não de um repórter específico.

Apesar da predominância da assinatura da redação, os dados mostram que o crédito às agências é onipresente, seja no início do texto, na legenda das fotos ou no fim da matéria ("Com informações da Reuters"). A autoria real do texto — a escolha das palavras, o tom, o ritmo — pertence a essas empresas transnacionais.

A France Presse (AFP) e a Associated Press (AP) aparecem como grandes "autoras" da guerra no G1. Cada uma possui um estilo: a AFP tende a focar mais em aspectos humanitários e contextuais, enquanto a AP e a Reuters focam na *hard news* (o fato imediato, o número de mortos, a declaração oficial). Ao mesclar essas autorias, o G1 constrói um "texto-mosaico". O problema analítico desse formato é que ele pode gerar contradições internas ou, mais frequentemente, uma padronização excessiva. A autoria torna-se técnica: o trabalho do jornalista brasileiro é de *assemblage* (montagem), não de investigação ou testemunho.

A análise da autoria no G1 confirma a prática do chamado "jornalismo de sentado" (*desk journalism*). Não foram identificados, na amostra analisada, textos assinados por "Correspondentes Internacionais" do Grupo Globo que estivessem dentro da Faixa de Gaza (o que é compreensível dada a proibição de entrada de jornalistas estrangeiros por Israel e Egito) ou mesmo em Israel com frequência diária de reportagem de campo escrita.

As matérias são produzidas nas redações de São Paulo ou Rio de Janeiro. Isso significa que a autoria é, por definição, distante. O autor do texto não sentiu o cheiro da pólvora, não viu os escombros e não entrevistou a vítima face a face. Ele escreve sobre uma realidade mediada por telas e textos de terceiros. Essa distância geográfica e sensorial do autor impacta diretamente o "tom" da narrativa (analisado no Tópico 8), que tende a ser mais frio e menos empático do que seria se escrito por alguém vivenciando o drama *in loco*.

4.5.3. Análise comparativa: a soberania narrativa em xeque

A comparação entre a autoria na Agência Brasil e no G1 revela que a diferença entre o jornalismo público e o privado, neste caso específico, é mínima no que tange à autonomia da produção. Ambos sofrem de uma crise de soberania narrativa.

Tanto a Agência Brasil quanto o G1 funcionam, na cobertura de Gaza, como varejistas que distribuem um produto fabricado por atacadistas globais (as agências). A análise comparativa mostra que a matéria-prima textual é idêntica. O texto que o leitor lê no portal estatal e no portal comercial tem, muitas vezes, a mesma gênese: um despacho da Reuters escrito em inglês.

Isso resulta em uma homogeneização do discurso. Não há um "olhar brasileiro" distinto. Se a Reuters decide chamar o Hamas de "grupo armado" e não de "terrorista", a Agência Brasil tende a seguir. Se a AP foca na declaração de Antony Blinken, o G1 tende a seguir. A autoria brasileira limita-se à seleção e à tradução, o que restringe a capacidade de ambos os veículos de pautarem o conflito a partir de interesses ou sensibilidades nacionais (como, por exemplo, focar na comunidade brasileira em Gaza ou nas implicações diplomáticas para o Brasil com maior profundidade crítica).

A principal diferença reside na gestão da assinatura. A Agência Brasil é mais transparente na sua dependência, mantendo os nomes estrangeiros (Nidal al-Mughrabi) visíveis. Isso é honesto, mas expõe a fragilidade da EBC em cobrir eventos internacionais. O G1, por sua vez, "canibaliza" a autoria externa sob a marca "Redação G1", oferecendo um produto mais acabado e fluido para o leitor, que não percebe as "costuras" entre os diferentes despachos de agências.

Enquanto a Agência Brasil expõe o *link* com o exterior, o G1 o internaliza. No entanto, o resultado político é similar: o Brasil não escreve a guerra; o Brasil lê a guerra escrita pelos outros.

Por fim, a comparação evidencia que a diversidade de autoria é baixíssima. Não há textos assinados por analistas acadêmicos, historiadores árabes ou judeus brasileiros, ou

jornalistas independentes nas amostras principais de notícias (*hard news*). A autoria é restrita ao círculo vicioso entre agências internacionais e redatores brasileiros.

Essa falta de pluralidade na autoria contribui para a cristalização dos enquadramentos (frames) que já discutimos nos tópicos anteriores. Se os autores são sempre os mesmos (as grandes agências do Norte), os atores representados, a linguagem usada e os verbos escolhidos também serão sempre os mesmos, criando um ciclo de retroalimentação que dificulta a emergência de novas perspectivas sobre o conflito no jornalismo brasileiro.

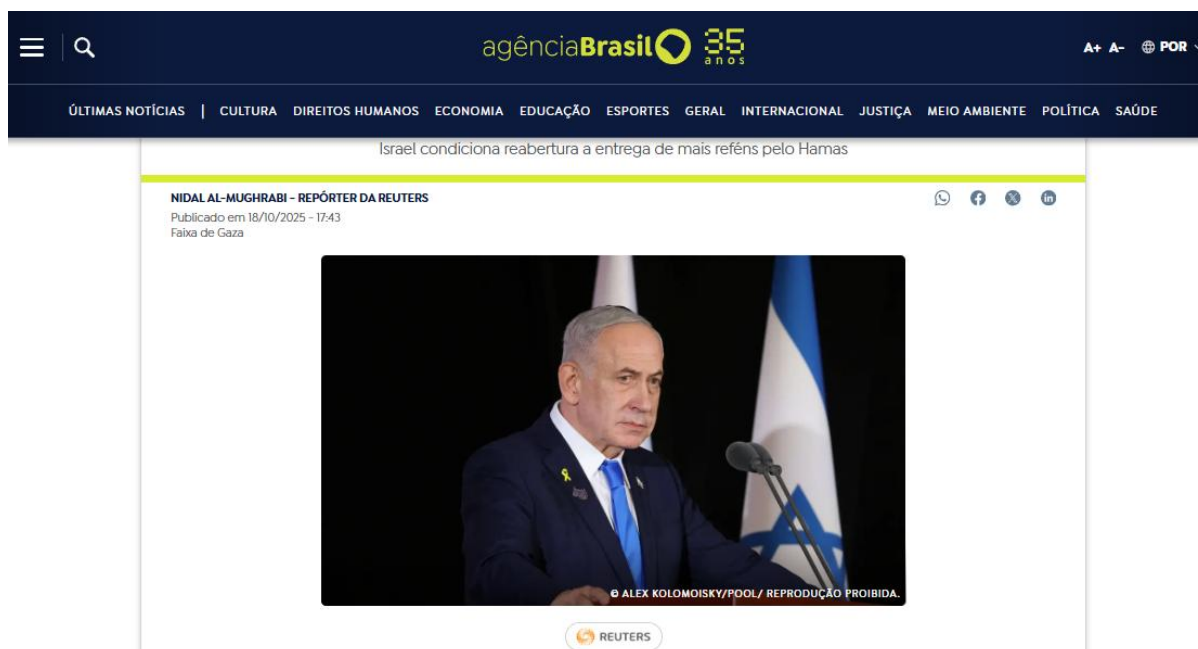
4.6. O regime de visibilidade: análise dos recursos multimídia

A imagem, no jornalismo de guerra contemporâneo, desempenha uma função dupla de testemunho e enquadramento. Ela não apenas ilustra o que o texto narra, mas estabelece uma relação sensorial com o leitor, definindo a proximidade ou o distanciamento em relação ao sofrimento alheio. Nesta seção, analisa-se o acervo imagético e multimidiático mobilizado pela Agência Brasil e pelo G1, investigando a tipologia dos recursos (foto, vídeo, infográfico), a origem dessas imagens e a narrativa visual construída sobre o conflito em Gaza. A análise busca compreender como a escolha visual reforça ou contradiz as assimetrias de poder identificadas no texto escrito.

4.6.1. Agência Brasil: a curadoria institucional e a tv pública

A análise dos recursos multimídia na Agência Brasil revela uma estratégia visual que oscila entre a fotografia oficial protocolar e a edição de material de agências internacionais, refletindo o caráter híbrido de uma agência de notícias estatal que também alimenta uma rede de televisão pública.

Grande parte das imagens estáticas (fotos) analisadas no *corpus* da Agência Brasil possui um caráter institucional. Observa-se uma predominância de fotografias que retratam figuras de autoridade em ambientes controlados, como o Primeiro-Ministro Benjamin Netanyahu em um púlpito, Donald Trump discursando no parlamento israelense ou caminhões de ajuda humanitária enfileirados de forma ordenada.



Fonte: Reprodução Agência Brasil.

Essa escolha iconográfica reforça a narrativa "administrativa" identificada nos tópicos anteriores. A imagem serve para validar a existência das instituições citadas. Quando a guerra aparece visualmente, ela é frequentemente mediada por uma "estética da consequência" e não da ação: fotos de escombros estáticos (sem corpos visíveis) ou panorâmicas de fumaça ao longe. Essa assepsia visual evita o choque imediato, mantendo um tom de sobriedade que se espera de uma agência estatal, mas que, por outro lado, pode acabar por amortecer a percepção da violência real sofrida pela população civil.

Um dado distintivo na amostra da Agência Brasil é a presença recorrente de vídeos creditados à TV Brasil. Diferente do texto, que muitas vezes mantém a assinatura da Reuters, o vídeo recebe uma embalagem nacional. No entanto, a análise do conteúdo desses vídeos revela que, embora a edição, a locução e os caracteres (legendas) sejam produzidos pela EBC, as imagens brutas provêm, majoritariamente, de agências internacionais.



Fonte: Reprodução Agência Brasil.

O recurso de vídeo na Agência Brasil cumpre uma função didática. As reportagens tendem a explicar o contexto, utilizando compilações de imagens de arquivo. A presença da logomarca da TV Brasil sobre as imagens de Gaza nacionaliza o conteúdo visual, criando uma espécie de ponte identitária com o espectador brasileiro.

Comparativamente, a Agência Brasil utiliza menos recursos de infografia digital em seu portal de notícias do que os veículos comerciais. A simplicidade dos recursos multimídia foca a atenção no texto e na informação factual, evitando a "espetacularização" tecnológica da cobertura, mas também perdendo a oportunidade de explicar visualmente as complexas dinâmicas territoriais do conflito (zonas de evacuação, linhas de controle) com maior profundidade.

4.6.2. G1: a guerra híbrida e a estética da destruição

No portal G1, os recursos multimídia são centrais para a experiência de consumo da notícia. A plataforma utiliza uma linguagem visual agressiva e tecnológica, que destaca o uso de mapas como elementos narrativos que operam como uma ferramenta de racionalização do caos.

As fotografias no G1, creditadas massivamente às agências (Reuters, AFP), focam na "estética da ruína". São imagens de alto impacto visual: prédios transformados em esqueletos de concreto, paisagens de escombros cinzentos e o céu riscado por mísseis.

Por outro lado, a representação das vítimas segue um padrão ético ocidental de

ocultamento dos corpos dilacerados, focando mais nos sobreviventes cobertos de poeira ou em funerais, onde o corpo já está velado. A imagem da morte é sugerida pela destruição do cenário, mas o horror visceral é frequentemente filtrado.

O G1 integra vídeos curtos, muitas vezes sem locução (apenas som ambiente e legendas), que reproduzem a lógica das redes sociais (TikTok/Instagram). Esses *clips* mostram a construção da “linha amarela” ou mostram quem foram os israelenses entregues pelo Hamas.

MENU

g1

MUNDO

Q BUSCAR

Israel negou ter violado o direito internacional, alegando que os procedimentos do tribunal são tendenciosos, e não compareceu às audiências em abril. No entanto, o país apresentou uma petição escrita de 38 páginas para análise do tribunal.

O parecer consultivo da CJJ ocorre em meio ao frágil acordo de cessar-fogo em Gaza mediado pelos Estados Unidos, que entrou em vigor em 10 de outubro.

A proibição da UNRWA



Israel traça linha amarela em Gaza para delimitar área de atuação militar

A proibição israelense à agência da ONU em Gaza, conhecida como UNRWA, entrou em vigor em janeiro deste ano.

A organização tem enfrentado críticas crescentes do primeiro-ministro israelense, Benjamin Netanyahu, e seus aliados de extrema direita, que alegam que o grupo está profundamente infiltrado pelo Hamas. A UNRWA nega.

Fonte: Reprodução G1.

A autoria dessas imagens é difusa: muitas vezes são imagens de redes sociais verificadas pela Reuters ou de outras agências de notícias. Isso insere o "cidadão repórter" na cobertura, mas de forma fragmentada. O recurso de vídeo atua como prova de verdade, mas sua brevidade impede a contextualização. Esse formato multimídia privilegia o choque e a emoção instantânea (*pathos*), em detrimento da análise aprofundada das causas daquele evento específico.

4.6.3. Análise comparativa: o olhar padronizado do norte global

A comparação dos recursos multimídia entre os dois veículos revela que, apesar das diferenças de formato, ambos bebem da mesma fonte visual, resultando em uma padronização do imaginário da guerra no Brasil.

Tanto a Agência Brasil quanto o G1 dependem, quase exclusivamente, das lentes de fotógrafos contratados pelas grandes agências globais (Reuters, AFP, AP). Isso significa que o "olhar brasileiro" sobre a guerra não existe visualmente. Não há fotojornalistas brasileiros enviando imagens com uma sensibilidade cultural própria.

Essa dependência cria uma homogeneização global da memória visual do conflito. A mesma foto de um pai segurando um filho ferido que aparece no *The New York Times* ou no *Le Monde* é a que ilustra a matéria do G1 e da Agência Brasil. O Brasil importa não apenas o texto (como visto no tópico de Autoria), mas também a iconografia. Isso limita a diversidade de representações e submete o público brasileiro aos critérios de noticiabilidade visual decididos em redações na Europa e nos EUA.

A comparação destaca uma divisão de trabalho entre os tipos de imagem. Imagens de Israel tendem a ser tecnológicas ou institucionais: mapas, políticos em gabinetes, soldados equipados. É uma imagética de ordem e poder. Por outro lado, imagens da Palestina tendem a ser de caos e sofrimento: ruínas, poeira, multidões. É uma imagética de desordem e vitimização.

O G1 acentua essa dicotomia com seus mapas e imagens de satélite militares sofisticados, enquanto a Agência Brasil a suaviza com sua cobertura mais protocolar. No entanto, em ambos, a narrativa visual reforça o estereótipo de que Israel é o agente da tecnologia e da estratégia, enquanto a Palestina é o cenário passivo da destruição.

Por fim, ambos os veículos utilizam o recurso multimídia para conferir credibilidade inquestionável à notícia. A foto e o vídeo funcionam como a prova definitiva de que o texto não mente. Contudo, a análise crítica revela que essa "verdade" é recortada.

O enquadramento da foto e a seleção de vídeo são escolhas editoriais invisíveis. Ao não produzir suas próprias imagens, Agência Brasil e G1 terceirizam essa escolha ética e estética. O público brasileiro vê a guerra através de uma "fechadura" construída por terceiros, onde a dor palestina é espetacularizada ou protocolada, mas raramente humanizada em sua complexidade cotidiana para além da tragédia imediata.

4.7. Enquadramento (*Framing*): a moldura da realidade

O conceito de enquadramento (*framing*), fundamental na teoria do jornalismo, refere-se ao processo de seleção e ênfase de certos aspectos da realidade percebida em detrimento de outros. Enquadrar é definir "do que trata" o problema, diagnosticar suas causas, fazer julgamentos morais e sugerir remédios. Nesta etapa da análise, investigam-se os quadros interpretativos predominantes na cobertura da Agência Brasil e do G1 sobre o conflito em Gaza, buscando compreender qual a "história principal" que cada veículo escolheu narrar.

4.7.1. Agência Brasil: o enquadramento da diplomacia e da gestão de crise

A leitura transversal dos dados coletados na Agência Brasil revela uma predominância do enquadramento Diplomático-Institucional. A guerra é narrada, primordialmente, como uma sequência de atos administrativos, quebras de contrato e negociações entre entes estatais, onde a violência física aparece como uma falha ou consequência do processo político.

Diferente de uma cobertura focada no "sangue e solo" do combate direto, a Agência Brasil enquadra o conflito através da ótica dos gabinetes. Os tópicos recorrentes envolvem "acordos de cessar-fogo", "troca de reféns", "autorização de ajuda" e "violações de tréguas".

Este *frame* burocrático transforma a violência em uma questão de gestão. O problema central apresentado ao leitor não é a ocupação territorial ou a resistência armada em si, mas a capacidade (ou incapacidade) das instituições de manterem a ordem. Quando a notícia destaca que "Israel autoriza a retomada de ajuda" ou que o " Hamas descumpriu o acordo", ela está operando dentro de um quadro de *legalidade internacional*. A guerra é apresentada como um litígio onde há juízes (ONU, comunidade internacional), réus (Hamas) e autores (Israel), e o papel do jornalismo é registrar os autos desse processo. Esse enquadramento tende a resfriar a temperatura emocional do conflito, conferindo-lhe uma aura de racionalidade estatal.

Paralelamente ao frame diplomático, emerge com força o enquadramento da Crise Humanitária. Contudo, a análise crítica aponta para uma peculiaridade: a crise é frequentemente tratada com a gramática dos desastres naturais.

O foco na "fome", na "falta de remédios" e no "deslocamento" cria uma narrativa de vitimização passiva. Os palestinos são enquadrados como "flagelados" que necessitam de assistência. Embora a causa (o bloqueio militar) seja mencionada, o enquadramento predominante foca na *logística do socorro* (caminhões que entram ou não entram) e não na *política da fome* como arma de guerra. Ao enfatizar a ajuda humanitária, a Agência Brasil adota um enquadramento moralmente seguro: todos concordam que a fome é ruim. Isso permite ao

veículo estatal posicionar-se ao lado dos Direitos Humanos sem, necessariamente, entrar no mérito espinhoso das disputas territoriais ou da legitimidade da violência política de ambas as partes.

Uma lacuna notável no enquadramento da Agência Brasil é a escassez de profundidade histórica (*background framing*). O conflito é narrado no "presente contínuo". O marco temporal é quase sempre o "7 de outubro" ou a última rodada de negociações.

Pouco se discute sobre as raízes de longo prazo (1948, 1967, os Acordos de Oslo). Ao recortar a realidade a partir dos eventos imediatos, o enquadramento sugere que a guerra é um evento episódico, uma crise aguda que pode ser resolvida com um "acordo" ou uma "trégua". Isso apaga a dimensão estrutural do conflito, transformando uma luta secular por soberania em uma crise de segurança pontual.

4.7.2. G1: o enquadramento da segurança global e a luta antiterrorismo

No portal G1, o enquadramento dominante desloca-se da diplomacia para a Segurança e Estratégia Militar. A narrativa é construída sobre o binômio "Ordem vs. Caos", onde a ação militar é apresentada como uma resposta necessária (embora dolorosa) para a restauração da segurança regional e global.

O G1 adota explicitamente o enquadramento da Guerra ao Terror. Ao classificar o Hamas consistentemente como "grupo terrorista" e focar na "eliminação de ameaças", o veículo alinha sua narrativa à doutrina de segurança norte-americana pós-11 de setembro.

Neste enquadramento, o conflito é moralmente simplificado: há o "Bem" (as democracias ocidentais e seus aliados, representados por Israel e EUA) lutando contra o "Mal" (o terrorismo irracional, representado pelo Hamas). As ações militares de Israel, como a criação de "zonas de segurança" ou bombardeios cirúrgicos, são enquadradas como medidas de saneamento. A narrativa sugere que a paz só será possível através da erradicação física do inimigo. Esse *frame* despolitiza o adversário: o terrorista não tem reivindicações políticas legítimas; ele tem apenas uma patologia violenta que precisa ser extirpada.

Uma característica marcante do G1 é o enquadramento da guerra como um problema técnico ou um jogo de estratégia (*wargaming*). O uso intensivo de mapas com "linhas amarelas", "corredores" e "áreas de controle" convida o leitor a olhar para Gaza de cima, como um general olha para o tabuleiro.

As notícias focam na eficácia das operações: "Israel controla metade da área", "Hamas perdeu capacidade operativa". A guerra é medida por métricas de sucesso militar. Esse enquadramento higieniza a morte, transformando-a em "baixa" ou "neutralização". Ao discutir

se a tática da "linha amarela" funcionou ou não, o texto jornalístico engaja o leitor na lógica da eficiência bélica, desviando a atenção da ética da guerra. O sofrimento civil, neste quadro, é um "dano colateral" lamentável, mas inevitável na busca pelo objetivo estratégico maior.

O G1 também enquadra o conflito como um capítulo da Alta Geopolítica. A presença constante de figuras como Donald Trump e Marco Rubio sugere um enquadramento onde Gaza é apenas o palco de uma disputa maior de influências globais.

As manchetes sobre o "plano de Trump" ou as "pressões dos EUA" indicam que o destino dos povos locais é decidido externamente. Esse enquadramento fascina o leitor interessado em política internacional, pois trata a guerra como um jogo de poder entre potências. Contudo, ele retira a agência dos atores locais. Palestinos e israelenses tornam-se peões. A narrativa foca mais em "o que Washington pensa" do que em "o que Gaza sente", reforçando uma visão imperial da notícia.

4.7.3. Análise comparativa: a convergência na despolitização

Ao confrontar os enquadramentos da Agência Brasil e do G1, observa-se que, embora utilizem "molduras" diferentes (burocrática vs. militar), ambos convergem para uma despolitização da essência do conflito.

A Agência Brasil enquadra a guerra como algo a ser *gerido*. O foco está em mitigar danos, entregar comida e assinar papéis. É um olhar conservador, focado na manutenção do *status quo* diplomático e na evitação do colapso total. O G1 enquadra a guerra como algo a ser *resolvido*. O foco está na ação, na mudança do mapa, na eliminação do inimigo. É um olhar intervencionista, alinhado à ideia de que a força militar pode remodelar a realidade política.

Ambos, no entanto, falham em enquadrar o conflito como uma Luta por Direitos Civis e Nacionais. O quadro da "Ocupação Militar" ou do "Apartheid" (termos usados por organizações de direitos humanos, mas raros na cobertura *hard news* analisada) é marginalizado. O leitor brasileiro recebe a história de uma crise humanitária ou de uma operação antiterror, mas raramente a história de um movimento de libertação nacional ou de uma disputa colonial clássica.

Para a Agência Brasil, a vítima ideal é o civil que recebe ajuda humanitária; o agressor é o sistema que falha em entregar essa ajuda. Para o G1, a vítima ideal é o refém sequestrado pelo terror; o agressor é o fanático que recusa a civilização.

Israel, em ambos os casos, consegue navegar entre os quadros como um Agressor Racional. Seja "autorizando ajuda" (Agência Brasil) ou "traçando linhas de segurança" (G1), o Estado de Israel é enquadrado como um ator que age com lógica e propósito. O Hamas, por

outro lado, é enquadrado como o agente do caos — seja pela "quebra do acordo" ou pelo "terrorismo". Não há um enquadramento disponível na grande mídia brasileira que permita visualizar a racionalidade estratégica da resistência palestina; ela é sempre apresentada como disfuncional ou bárbara.

A análise de *framing* revela o que *não* está no quadro. A questão da terra, da água, do retorno dos refugiados e da igualdade de direitos — as causas raízes — são ofuscadas pela fumaça das explosões e pela urgência dos caminhões de comida. O enquadramento episódico (focado no dia a dia da guerra) vence o enquadramento temático (focado no contexto). Tanto a TV pública quanto o portal privado entregam ao público brasileiro um recorte de "emergência", impedindo a compreensão de que o que ocorre em Gaza não é um acidente de percurso, mas a continuação de um processo histórico que não cabe na moldura estreita da "crise" ou do "terror".

4.8. Tom e foco da narrativa

A análise do tom e do foco narrativo busca compreender a "atmosfera" construída pelo texto jornalístico. O tom não reside em uma única palavra, mas na sintaxe, na pontuação, no ritmo e na alternância entre dados objetivos e descrições emocionais. É o tom que estabelece o "contrato de leitura": o leitor deve sentir medo? Deve sentir pena? Deve manter a frieza analítica? Nesta seção, examina-se como a Agência Brasil e o G1 modulam a intensidade emocional e onde posicionam o foco dramático de suas narrativas sobre o conflito.

4.8.1. Agência Brasil: a sobriedade protocolar e a burocratização da tragédia

A cobertura da Agência Brasil caracteriza-se, predominantemente, por um tom neutro-descriptivo que beira o protocolar. Como veículo de comunicação pública, a agência adota uma postura de distanciamento higienista, evitando adjetivações estridentes ou construções frasais que denotem pânico. No entanto, essa sobriedade resulta, muitas vezes, em uma narrativa fria que amortece o impacto humanitário dos eventos narrados.

O tom é de normalização institucional. A guerra é narrada como uma sequência de atos administrativos emanados de gabinetes (em Tel Aviv ou Brasília). Não há, na estrutura narrativa predominante, o uso de recursos literários que transportem o leitor para o chão de terra batida de Gaza ou para o bunker em Israel. A ausência de descrições sensoriais (o cheiro, o barulho, a cor do sangue) cria um "tom asséptico". A morte é noticiada, mas não é sentida no texto. Esse distanciamento emocional cumpre a função de evitar o sensacionalismo, mas incorre no risco de desumanizar as vítimas, transformando-as em números de um relatório

burocrático.

O foco da narrativa na Agência Brasil raramente está na ação bélica em tempo real, mas sim na reação institucional a essa ação. O clímax da notícia não é o bombardeio, mas a nota de repúdio da ONU ou a declaração do Itamaraty que sucede o bombardeio.

Isso desloca o centro de gravidade da narrativa. O protagonista não é o soldado nem o civil, mas o "Diplomata" ou o "Porta-voz". O tom torna-se, assim, deliberativo. O texto convida o leitor a refletir sobre a legalidade das ações ("violou o cessar-fogo", "cumpru o acordo"), em vez de reagir visceralmente à brutalidade delas. Mesmo quando cita a "mídia israelense" (*Ynet*), o foco é trazer a informação política interna de Israel, mantendo a narrativa na esfera da disputa de poder e não da tragédia humana crua.

Quando o tom se eleva para o registro humanitário, ele assume uma característica logística. A "fome" é tratada sob o prisma do abastecimento (toneladas de ajuda, número de caminhões). O tom não é de indignação moral flamejante, mas de preocupação técnica. A narrativa foca na *obstrução* do fluxo de ajuda como um problema a ser resolvido. Há um tom de lamento cívico: "é lamentável que a ajuda não chegue". Diferente do tom de denúncia vibrante encontrado em reportagens investigativas independentes, a Agência Brasil mantém um tom de constatação melancólica da catástrofe, sem apontar dedos com adjetivos acusatórios (como "criminoso" ou "genocida"), preferindo termos como "situação grave" ou "colapso".

4.8.2. G1: o tom alarmista e a narrativa do "thriller" geopolítico

No portal G1, o tom predominante oscila entre o alarmista/urgente e o técnico-militar. A narrativa é construída para prender a atenção do leitor através da tensão constante, mimetizando a estrutura de um *thriller* de ação em que o perigo é iminente e global.

O tom do G1 é marcado pela velocidade e ansiedade. O uso de marcadores temporais implícitos ou explícitos (como a atualização constante, o "ao vivo") cria uma atmosfera de crise permanente. A narrativa foca na *escalada*: "Irã ameaça", "EUA enviam porta-aviões", "Israel prepara invasão".

Esse tom alarmista engaja o leitor pelo medo. A narrativa sugere que o conflito local em Gaza está sempre a um passo de se tornar uma Guerra Mundial. O foco narrativo expande-se para fora de Gaza, transformando o sofrimento local em um gatilho para uma catástrofe global. O tom não é de reflexão (como na Agência Brasil), mas de antecipação. O leitor é colocado na posição de espectador de um filme-catástrofe, aguardando a próxima cena de impacto. Isso gera uma "mercantilização da ansiedade", em que a incerteza sobre o futuro é o motor do interesse jornalístico.

Diferente da neutralidade burocrática da estatal, o G1 adota um tom mais conflitivo e binário. A narrativa é estruturada em torno do embate direto: "Israel ataca", "Hamás responde", "Terroristas alegam". O texto carrega uma carga de antagonismo explícito.

Ao utilizar termos como "terrorista" (analisados no Tópico 2) e focar nas operações de "caçada" aos líderes do Hamás, o G1 adota um tom justiceiro. A narrativa sugere uma jornada moral onde as forças da ordem (Israel/EUA) buscam punir os agentes do caos. Quando a narrativa foca nos reféns israelenses, o tom torna-se intimista e empático (drama pessoal); quando foca na liderança do Hamás, torna-se policalesco (perseguição criminal). Essa modulação de tom orienta o leitor sobre por quem torcer na narrativa.

Paradoxalmente, em meio ao drama humano, o G1 insere blocos de texto com um tom frio e técnico, quase admirado com a logística da guerra. Descrições detalhadas sobre a "linha amarela", a capacidade dos mísseis ou a estratégia de "desmilitarização" adotam uma linguagem de especialista.

Neste momento, o foco narrativo deixa de ser a dor e passa a ser a eficiência. A narrativa convida o leitor a apreciar a complexidade da operação militar. O tom torna-se analítico, como em um jogo de estratégia. Esse "tom operacional" serve para racionalizar a violência: a destruição de um bairro não é apresentada como uma tragédia urbana, mas como uma "necessidade tática" explicada por um gráfico colorido. O foco na tecnologia bélica e na estratégia militar funciona como um anestésico moral, desviando o olhar das consequências carnis das táticas.

4.8.3. Análise comparativa: a distância versus o espetáculo

A comparação entre os tons narrativos da Agência Brasil e do G1 revela duas formas distintas de distanciar o leitor da realidade crua do genocídio ou da guerra urbana: uma pelo excesso de frieza burocrática, a outra pelo excesso de mediação espetacular.

A Agência Brasil aposta em um tom que poderíamos chamar de "tédio burocrático". A repetição de fórmulas diplomáticas ("o governo afirmou", "a ajuda foi autorizada") retira a tensão do texto. A guerra parece um evento estático, gerido por papéis. O foco narrativo na estrutura (Estados, ONU) apaga o sujeito histórico comum. O G1 aposta na "adrenalina comercial". O tom é vibrante, urgente e perigoso. A guerra é um evento dinâmico, cheio de reviravoltas. No entanto, esse excesso de estímulo também gera um distanciamento: a guerra vira entretenimento (*infotainment*). O sofrimento real é consumido como parte do espetáculo da geopolítica, intercalado com anúncios publicitários, o que banaliza a dor através da sua transformação em produto de mídia.

No que tange ao foco narrativo sobre as vítimas palestinas, ambos os veículos convergem para um tom de passividade, mas com matizes diferentes. Na Agência Brasil, o tom é de assistência social: a vítima é alguém que *precisa* (de comida, de remédio). É um tom piedoso, mas politicamente vazio. No G1, o tom é de fatalidade: a vítima é um "dano colateral" da luta contra o terror ou um "escudo humano". É um tom trágico, onde a morte do civil palestino é apresentada como um custo inevitável da narrativa maior de segurança.

Em nenhum dos casos adota-se um tom de empoderamento ou resistência. Não se lê, em nenhum dos veículos, narrativas com tom épico sobre a resiliência palestina ou sobre a solidariedade comunitária em Gaza (o *sumud*). O foco narrativo está sempre na carência (o que lhes falta) e nunca na potência (o que eles fazem para sobreviver).

Por fim, a análise comparativa do tom revela onde reside a "culpa" em cada narrativa. O tom do G1 é moralizante contra o indivíduo/grupo: a culpa da guerra é da "barbárie" do Hamas. O tom sugere que, removendo-se o elemento maligno (o terrorista), a ordem se restaura. O tom da Agência Brasil é crítico ao sistema: a culpa é da falha dos mecanismos internacionais e do excesso de força estatal (bloqueios). O tom sugere que a solução é o retorno à legalidade.

Enquanto o G1 oferece um vilão claro (o terrorista) para canalizar o ódio do leitor, a Agência Brasil oferece um cenário difuso de falência diplomática para canalizar a frustração do leitor. Ambos os tons, contudo, falham em capturar a complexidade colonial e histórica, preferindo focar nos sintomas imediatos da violência.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente pesquisa dedicou-se a analisar a cobertura jornalística do conflito Israel-Palestina pelos dois principais expoentes do jornalismo brasileiro em suas respectivas esferas: a Agência Brasil, representando a comunicação pública estatal, e o portal G1, representando o jornalismo comercial privado. Ao longo dos capítulos analíticos, dissecou-se a estrutura narrativa, a semântica, a iconografia e as fontes que compuseram o noticiário sobre a guerra em Gaza. Chega-se a esta etapa conclusiva não apenas com um inventário de diferenças e semelhanças, mas com um diagnóstico crítico sobre a capacidade e a incapacidade do jornalismo nacional de oferecer uma cobertura soberana, plural e orientada para a resolução de conflitos.

A hipótese inicial de que haveria divergências substanciais de enquadramento devido à natureza distinta das linhas editoriais (o interesse público versus o interesse comercial) confirmou-se apenas parcialmente. O que os dados revelaram foi um fenômeno de convergência estrutural: embora o "tom" e a "embalagem" sejam distintos, a "alma" da narrativa permanece ancorada nos mesmos pressupostos epistemológicos do Norte Global, reproduzindo as assimetrias de poder que caracterizam o próprio conflito.

Um dos achados mais contundentes desta análise refere-se à desigualdade na representação dos atores sociais. Confirmando os postulados teóricos sobre a construção da notícia, observou-se que a legitimidade é um atributo distribuído de forma desigual pelo texto jornalístico.

O Estado de Israel emerge na cobertura de ambos os veículos como o detentor do monopólio da racionalidade e da agência política. Seja através da burocracia diplomática enfatizada pela Agência Brasil, seja através da estratégia militar destacada pelo G1, Israel é representado como um sujeito complexo, dotado de instituições, divergências internas, judiciário e mídia livre. Seus verbos são de ação deliberada ("decidiu", "autorizou", "traçou").

Em contrapartida, o lado palestino sofre um processo de achatamento representativo. A pesquisa demonstrou que a palestinidade é narrada sob uma lógica binária redutora: ou é a "barbárie" (representada pelo Hamas e seus verbos de negação e violência) ou é a "vítima passiva" (representada pela massa civil sem rosto). A análise de conteúdo evidenciou a ausência sistemática de vozes palestinas da sociedade civil organizada — intelectuais, líderes comunitários, pacifistas — que pudessem articular um discurso político para além do grito de dor ou do disparo do fuzil.

À luz da teoria do Jornalismo para a Paz, proposta por Johan Galtung, essa constatação é grave. Galtung alerta que o "Jornalismo de Guerra" tende a bipolarizar o conflito entre "nós" (civilizados) e "eles" (bárbaros). Ao negar ao palestino a complexidade política e reduzi-lo à condição de "objeto humanitário" (que precisa de comida) ou "objeto de segurança" (que precisa ser contido), tanto a Agência Brasil quanto o G1 falham em humanizar o "outro". A empatia gerada é a da piedade, não a da solidariedade política ou do reconhecimento de direitos.

Outro ponto nevrálgico revelado pela pesquisa é a crise de soberania narrativa do jornalismo brasileiro na cobertura de conflitos internacionais. A análise das categorias "Fontes", "Autoria" e "Recursos Multimídia" desenhou um cenário de profunda dependência das agências de notícias transnacionais (Reuters, AFP, AP).

Conclui-se que o Brasil, nesta cobertura, atuou majoritariamente como um "importador de enquadramentos". O texto que chega ao leitor brasileiro, seja no portal estatal ou no privado, é, em sua gênese, um texto pensado e escrito a partir dos centros de poder do Ocidente (Londres, Paris, Nova York). Isso explica a homogeneização do léxico e a importação acrítica de conceitos como "Guerra ao Terror" ou a naturalização da cronologia que inicia a história em "7 de outubro", ignorando décadas de contexto colonial.

No caso da Agência Brasil, essa dependência expõe a fragilidade do projeto de comunicação pública no que tange à política externa. Esperar-se-ia que a EBC oferecesse um contraponto à mídia comercial, talvez alinhada à tradição diplomática brasileira de busca por soluções pacíficas e multilaterais, com um olhar mais voltado ao Sul Global. No entanto, ao reproduzir despachos da Reuters e citar a mídia israelense (*Ynet*) como fonte primária, a agência estatal acabou por mimetizar a pauta hegemônica, diferenciando-se apenas pelo tom mais protocolar e menos sensacionalista.

No caso do G1, a dependência das agências internacionais e das fontes oficiais norte-americanas (Departamento de Estado, Pentágono) reforçou um enquadramento geopolítico que subordina a realidade de Gaza aos interesses de segurança dos Estados Unidos. A "autoria coletiva" da redação serviu, na prática, para naturalizar a visão de mundo das grandes potências como se fosse a visão neutra e objetiva dos fatos.

A Agência Brasil demonstrou um esforço de "resfriamento" da narrativa. Sua linguagem burocrática e seu foco na diplomacia evitaram a espetacularização da dor e a incitação ao ódio direto, características louváveis em um ambiente informacional saturado de sensacionalismo. Ao evitar o termo "terrorista" para o Hamas na maioria das vezes, tentou manter uma porta aberta para a compreensão política, ainda que timidamente. Contudo, seu

"pecado" foi o excesso de institucionalidade, que tornou a cobertura fria e distante da realidade visceral do genocídio.

O G1, por sua vez, demonstrou excelência técnica na apresentação multimídia e na agilidade da informação. Contudo, utilizou esses recursos para mercantilizar a ansiedade e o medo. A transformação da guerra em um *thriller* geopolítico, repleto de mapas interativos e vídeos de impacto, engajou a audiência pela emoção, mas alienou-a da compreensão crítica. A adesão automática ao vocabulário da "Guerra ao Terror" fechou espaços de diálogo e criminalizou a resistência palestina a priori, impedindo o leitor de entender as motivações do outro lado.

Os resultados desta pesquisa apontam para desafios urgentes na formação e na prática do jornalismo internacional no Brasil. Primeiramente, é imperativo repensar a formação do jornalista para a cobertura de conflitos. É necessário ir além da técnica de reportagem e incorporar conhecimentos de Relações Internacionais, História e, fundamentalmente, de Direitos Humanos e Resolução de Conflitos. O jornalista que cobre guerra precisa saber identificar quando está sendo usado como porta-voz de exércitos e quando está reproduzindo eufemismos que ocultam crimes de guerra.

Em segundo lugar, a pesquisa reforça a necessidade de investimento no envio de correspondentes próprios. A "soberania narrativa" só será alcançada quando o jornalista brasileiro puder olhar o conflito com seus próprios olhos, livre das lentes filtradas das agências do Norte Global. Um país com a relevância geopolítica do Brasil, que pleiteia assento no Conselho de Segurança e liderança no Sul Global, não pode se dar ao luxo de terceirizar a interpretação do mundo para a Reuters ou a AFP.

Por fim, a aplicação do Jornalismo para a Paz não deve ser vista como uma utopia ativista, mas como um critério de qualidade técnica e ética. Cobrir a guerra focando apenas na violência visível é fazer um jornalismo incompleto. A "boa apuração" exige escavar as causas invisíveis, dar voz aos silenciados e desafiar as narrativas oficiais que justificam a matança.

REFERÊNCIAS

- ABIAHY, Ana Carolina de Araújo. **O jornalismo especializado na sociedade da informação**. 2000. 30 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Comunicação Social, habilitação em Jornalismo) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2000.
- ARAÚJO, Madalena. **Jornalista de guerra: a história de grandes correspondentes internacionais**. São Paulo: Editora Contexto, 2005.
- BARDIN, L. **Análise de Conteúdo**. São Paulo: Martins Fontes, 1977.
- CABRAL, Raquel; SALHANI, Jorge. Jornalismo de guerra e jornalismo para a paz: propostas de conceitos básicos. **Revista Comunicare**, v. 17, n. 2, p. 35-50, 2017.
- CASTELLS, Manuel. **O poder da identidade**. 9. ed. rev. e ampl. São Paulo/Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2018.
- DURKHEIM, Émile. Représentations individuelles et représentations collectives. **Revue de Métaphysique et de Morale**, v. 6, p. 273-302, 1898.
- ENTMAN, Robert M. Framing: Toward Clarification of a Fractured Paradigm. **Journal of Communication**, v. 43, n. 4, p. 51-58, 1993.
- FERNÁNDEZ DEL MORAL, Javier. **Fundamentos de la información periodística especializada**. Madrid: Editorial Síntesis, 1983.
- GALTUNG, Johan. Peace journalism and reporting on the United States. **The Brown journal of world affairs**, v. 22, n. 1, p. 321-333, 2015.
- GHERMAN, Michel; CALANDRIN, Mariana. Emoções políticas e conflitos prolongados: o caso Israel-Palestina. **Revista de Estudos Internacionais**, v. 15, n. 1, p. 42-58, 2024.
- GUTERRES, António. **Secretary-General's remarks to the Security Council on the Middle East**. New York: United Nations, 24 out. 2023. Disponível em: <https://www.un.org/sg/en/content/sg/statements/2023-10-24/secretary-generals-remarks-the-security-council-the-middle-east-delivered>. Acesso em: 15 out. 2025.
- HALL, Stuart. Quem precisa da identidade? In: SILVA, Tomaz Tadeu da (Org.). **Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais**. Petrópolis: Vozes, 2000.
- HALL, Stuart. **Da diáspora: identidades e mediações culturais**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2003.
- JODELET, D. **Loucuras e representações sociais**. Petrópolis: Editora Vozes, 2005.
- KEMPF, Wilhelm. Concepts and conceptions of peace journalism. **Conflict & Communication**, v. 18, n. 2, 2019.

MCGOLDRICK, Annabel; LYNCH, Jake. **Peace Journalism – What is it? How to do it?**, 2000. Disponível em: https://www.transcend.org/tri/downloads/McGoldrick_Lynch_Peace-Journalism.pdf. Acesso em: 15 out. 2025.

MORIGI, Valdir José. Teoria social e comunicação: representações sociais, produção de sentidos e construção dos imaginários midiáticos. In: **E-Compós**. 2004.

MOSCOVICI, Serge. **A representação social da psicanálise**. 1.ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

MOSCOVICI, Serge e MARKOVÁ, Ivana. La presentación de las representaciones sociales: diálogo con Serge Moscovici: In: CASTORINA, José Antonio (org). **Representaciones Sociales: problemas teóricos y conocimientos infantiles**. Barcelona: Gedis editorial, 2003.

SÁ, Celso Pereira de. Representações sociais: o conceito e o estado atual da teoria. In: SPINK, Mary Jane P. (Org.). **O conhecimento no cotidiano: as representações sociais na perspectiva da psicologia social**. São Paulo: Brasiliense, 1995.

TAVARES, Frederico de Mello Brandão. A especialização jornalística como teoria e objeto: contornos e limites. **Revista Comunicação Midiática**, v. 7, n. 1, p. 96-116, 2012.

THOMPSON, John B. **A mídia e a modernidade: uma teoria social da mídia**. Tradução de Wagner de Oliveira Brandão; revisão da tradução Leonardo Avritzer. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998.

THOMPSON, John B. **Ideologia e cultura moderna: teoria social crítica na era dos meios de comunicação de massa**. 9. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.